



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, setembro/2001

MINISTRO DA FAZENDA

Pedro Sampaio Malan

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Amaury Guilherme Bier

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Fabio de Oliveira Barbosa

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Eduardo Refinetti Guardia

Renato Villela

Rubens Sardenberg

COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Ana Teresa Holanda de Albuquerque

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Cleber Ubiratan de Oliveira

Daniel Silva Balaban

Fabiana Magalhães Rodopoulos

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 7, n. 9, set.2001. 32 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em setembro, o governo central registrou superávit primário de R\$ 1,6 bilhão. O Tesouro Nacional contribuiu com superávit de R\$ 2,8 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 1,1 bilhão e R\$ 76,8 milhões, respectivamente. Com esse resultado, o superávit acumulado do governo central atingiu R\$ 23,7 bilhões de janeiro a setembro, equivalente a 2,7% do PIB estimado para o período.

O governo central registrou superávit primário de R\$ 23,7 bilhões de janeiro a setembro de 2001, cerca de 2,7% do PIB.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2000-2001**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Ago 2001	Set 2001	Jan-Set 2000	Jan-Set 2001
I. RECEITA TOTAL	22.570,5	21.191,8	170.770,3	197.541,0
I.1. Receitas do Tesouro	17.518,3	16.280,3	131.737,8	153.803,6
I.1.1 Receita Bruta	18.657,3	16.698,6	137.828,8	158.732,7
I.1.2. (-) Restituições	-1.139,0	-418,3	-5.308,5	-4.710,1
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-782,5	-219,0
I.2. Receitas da Previdência Social	5.052,2	4.911,5	39.032,5	43.737,4
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.668,3	3.858,7	29.652,4	34.106,7
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	18.902,3	17.333,1	141.117,9	163.434,2
IV. DESPESA TOTAL	16.407,4	15.690,3	120.076,4	139.269,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4.787,3	4.806,2	40.136,9	46.424,5
IV.2. Benefícios Previdenciários	6.092,5	6.019,1	44.781,1	51.340,7
IV.3. Custeio e Capital	5.527,6	4.865,0	35.158,4	41.504,5
IV.3.1. Despesas do FAT	942,2	563,1	4.160,3	4.817,6
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	532,1	155,8	1.775,6	2.530,9
IV.3.3. Outras Despesas	4.053,2	4.146,1	29.222,5	34.156,0
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	2.494,9	1.642,7	21.041,5	24.164,5
V.1. Tesouro Nacional	3.535,2	2.750,4	26.790,1	31.767,8
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.040,3	-1.107,7	-5.748,6	-7.603,3
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-42,0	-76,8	-298,7	-461,3
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	2.452,9	1.565,9	20.742,8	23.703,3
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			2,60%	2,71%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

**PRINCIPAIS VARIAÇÕES
Acumulado: set2001/set2000**

Receitas	15,7%
Tesouro	16,7%
Previdência	12,1%
Transferências	15,0%
Receita Líquida	15,8%
Despesas	16,0%
Benefícios	14,6%
Pessoal	15,7%
Custeio e Capital	18,1%

O comportamento das receitas no período explica, em grande parte, o resultado primário apresentado no mês. A arrecadação das contribuições sociais passou de 7,4% do PIB, em 2000, para 7,8% do PIB, este ano, com destaque para a Cofins e a CPMF. A receita de impostos passou de 7,9% do PIB para 8,1% do PIB, em boa medida devido aos efeitos do câmbio sobre a arrecadação do imposto de importação e do imposto de renda. As demais receitas do Tesouro passaram de 2,0% do PIB para 2,2% do PIB. Nesse grupo, vale destacar a evolução do resultado da Parcela de Preços Específica (PPE), que permitiu a amortização de títulos emitidos em garantia para a Petrobras no montante de R\$ 400,7 milhões, sem correspondência no ano de 2000.

**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
Jan-Set (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Receita Total	21,4%	22,6%
Transferências	3,7%	3,9%
Receita Líquida	17,7%	18,7%
Despesa Total	15,1%	15,9%
Resultado Primário	2,6%	2,7%

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Set (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Tesouro Nacional	3,4%	3,6%
Previdência Social	-0,7%	-0,9%
Banco Central	0,0%	-0,1%
Governo Central	2,6%	2,7%

As despesas do governo central cresceram cerca de 16,0% até setembro deste ano, comparativamente ao mesmo período de 2000. O crescimento dos gastos com pessoal decorreu, em boa medida, do pagamento de decisões judiciais favoráveis ao funcionalismo público e do realinhamento salarial devido à reestruturação de diversas carreiras (civis e militares). As despesas de custeio e capital cresceram R\$ 6,3 bilhões, com destaque para os pagamentos de seguro desemprego e abono salarial, os subsídios à agricultura e às exportações, e os gastos com ações na área da Saúde. Cabe mencionar que o crescimento das despesas de custeio reflete a vigência da regra do duodécimo no primeiro quadrimestre do ano passado, sem correspondência no exercício de 2001.

A Previdência Social apresentou déficit equivalente a 0,9% do PIB estimado para o período de janeiro a setembro deste ano, contra 0,7% do PIB verificado em idêntico período em 2000. Houve crescimento na arrecadação decorrente do esforço de recuperação das receitas e, adicionalmente, do incremento da base de contribuintes ao longo deste ano. Por sua vez, o aumento verificado na despesa com benefícios em relação ao ano passado reflete, em larga medida, o reajuste do salário mínimo em abril, com impacto no caixa da Previdência a partir de maio (para beneficiários que recebem o piso) e a correção dos benefícios com valores superiores ao mínimo a partir de julho.

Tesouro Nacional

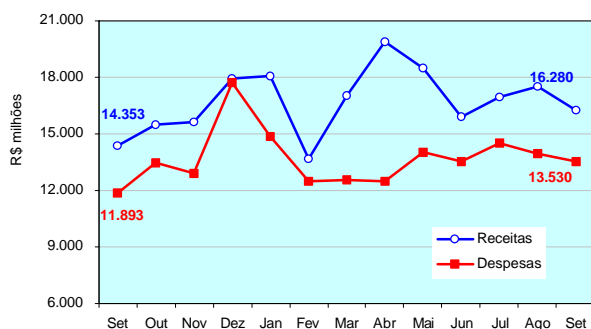
O superávit primário do Tesouro Nacional foi de R\$ 31,8 bilhões até setembro de 2001, correspondendo a 3,6% do PIB estimado para esse período. As receitas apresentaram elevação de R\$ 22,1 bilhões em relação a idêntico período do ano anterior, com destaque para aquelas provenientes do imposto de importação (16,8%) e do imposto de renda sobre remessas ao exterior (43,3%) e sobre rendimentos de capital (40,1%), em grande medida associadas à depreciação cambial. Adicionalmente, foi significativo o crescimento da arrecadação da Cofins (20,2%) e da CPMF (16,8%).

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL Jan-Set (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Receitas do Tesouro (*)	16,5%	17,6%
Transferências	3,7%	3,9%
Despesas do Tesouro	9,4%	10,1%
Resultado Primário	3,4%	3,6%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

As transferências a estados e municípios cresceram R\$ 4,5 bilhões em relação ao ano anterior como reflexo, em particular, do aumento do imposto de renda. As despesas, por sua vez, cresceram R\$ 12,6 bilhões no mesmo período, devido à aplicação da regra do duodécimo até abril de 2000, sem correspondência em 2001, e à elevação nas despesas com subsídios à agricultura e às exportações, com destaque para aquelas associadas ao Programa de Financiamento às Exportações (Proex), entre outros fatores.

Receitas e Despesas do Tesouro Nacional
Brasil, 2000/2001



Até setembro, o superávit atingiu o montante de R\$ 31,8 bilhões, correspondendo a 3,6% do PIB do período.

Em setembro, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 16,7 bilhões, inferior em R\$ 2,0 bilhões à arrecadação do mês anterior. As receitas com impostos e contribuições sociais administradas pela Secretaria de Receita Federal (SRF) atingiram R\$ 15,1 bilhões, apresentando uma redução de R\$ 936,3 milhões. Essa redução está associada à arrecadação relativa a quatro semanas de fatos geradores em setembro, contra cinco semanas em agosto, com reflexo sobre os tributos com recolhimento semanal. Com isso, a arrecadação da CPMF foi menor em R\$ 362,9 milhões (21,2%), o IRRF-Rendimento do Trabalho em R\$ 249,6 milhões (14,3%), e o IOF em R\$ 52,3 milhões (15,6%).

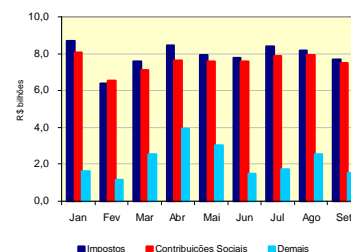
Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

As receitas administradas pela SRF apresentaram redução de R\$ 936,3 milhões em setembro, devido ao menor número de semanas de fatores geradores, o que afetou a arrecadação dos tributos com recolhimento semanal.

Também contribuiu para essa redução o menor número de dias úteis em setembro comparativamente a agosto, com reflexo sobre o Imposto de Importação, cuja queda foi de R\$ 168,3 milhões (19,0%), e sobre o IPI-Vinculado à Importação, que reduziu-se em R\$ 64,3 milhões (14,4%). Por outro lado, a depreciação do câmbio foi significativa para o aumento do recolhimento do IRRF-Remessas ao Exterior, em R\$ 122,0 milhões (34,6%).

As demais receitas do Tesouro totalizaram R\$ 1,5 bilhão, inferior em R\$ 1,0 bilhão ao registrado no mês anterior. Contribuíram para essa redução as seguintes receitas atípicas verificadas em agosto: i) o ingresso de R\$ 526,2 milhões referentes à concessão de direito para exploração e produção de petróleo e gás natural, decorrente de leilão realizado em julho pela Agência Nacional do Petróleo (ANP); e ii) o pagamento antecipado de dividendos pela Petrobras, da ordem de R\$ 371,0 milhões. Além disso, o superávit da Parcela de Preços específica (PPE) no setembro permitiu a amortização dos títulos emitidos como garantia à Conta Petróleo, no valor de R\$ 126,9 milhões, contra R\$ 273,8 milhões no mês anterior.

Receita Bruta do Tesouro Nacional
Brasil, 2001



Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

Até setembro, as receitas do Tesouro perfizeram 18,1% do PIB, contra 17,3% em igual período do ano passado.

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Set (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Impostos	7,9%	8,1%
Imposto de Renda	5,2%	5,4%
IPI	1,7%	1,7%
Outros	1,1%	1,1%
Contribuições Sociais	7,4%	7,8%
Cofins	3,6%	3,9%
CPMF	1,3%	1,4%
CSLL	0,9%	0,8%
Outras	1,6%	1,6%
Demais	2,0%	2,2%
Conta Petróleo	0,0%	0,0%
Dividendos da União	0,2%	0,3%
Concessões	0,6%	0,5%
Outras	1,1%	1,4%
Total Bruto	17,3%	18,1%

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO Jan-Set (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Demais	15.803,0	19.637,6
Conta Petróleo	-	400,7
Dividendos da União	1.527,0	2.645,8
Concessões	5.134,5	4.321,5
Outras	9.141,5	12.269,6

No ano, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 158,7 bilhões, o equivalente a 18,1% do PIB estimado até setembro, contra 17,3% do PIB em igual período de 2000. As receitas de impostos e contribuições passaram de 15,3% do PIB em 2000 para 15,9% do PIB em 2001 e as outras receitas passaram de 2,0% do PIB para 2,2% do PIB, no mesmo período de comparação.

Em termos nominais, a receita bruta recolhida até setembro deste ano foi R\$ 20,9 bilhões (15,2%) superior à observada em idêntico período de 2000. No que se refere às receitas administradas pela SRF, os principais fatores que afetaram positivamente a arrecadação foram: i) mudança na forma de tributação do setor de combustíveis e no pagamento por substituição pelo setor automotivo, o que contribuiu para o crescimento verificado na arrecadação da Cofins (R\$ 5,8 bilhões) e do PIS/Pasep (R\$ 1,0 bilhão); ii) depreciação da taxa de câmbio, o que afetou as receitas do IRRF sobre capital relacionada às operações de *swap* (R\$ 1,3 bilhão), do IRRF sobre remessas ao exterior (R\$ 988,1 milhões) e do Imposto de Importação (R\$ 1,0 bilhão); e iii) crescimento de 12,5% no volume das vendas de automóveis no mercado interno, o que afetou a arrecadação do IPI-automóveis (R\$ 313,5 milhões).

Por outro lado, apresentaram redução nominal, em relação aos nove primeiros meses de 2000: o IRPJ (R\$ 866,7 milhões), a CSLL (R\$ 15,8 milhões) e o IRRF-Outros Rendimentos (R\$ 307,6 milhões). Isso se deveu à arrecadação extraordinária relativa a depósitos judiciais e administrativos em 2000, no valor de R\$ 2,7 bilhões (R\$ 1,1 bilhão de IRPJ e R\$ 1,3 bilhão de CSLL e IRRF-Outros Rendimentos, principalmente).

No acumulado do ano, as “demais receitas” do Tesouro apresentaram aumento nominal de 24,3% em relação a 2000, equivalente a R\$ 3,8 bilhões. Tal incremento concentrou-se basicamente em: i) dividendos pagos à União (R\$ 1,1 bilhão); ii) *royalties* petróleo e participação especial (R\$ 1,1 bilhão); iii) receitas e taxas parafiscais (R\$ 947,4 milhões); e iv) parcelamento do Programa de Recuperação Fiscal – Refis (R\$ 542,7 milhões).

Em relação aos dividendos pagos à União, foram arrecadados R\$ 2,6 bilhões, contra R\$ 1,5 bilhão registrado no mesmo período de 2000, com destaque para o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), que efetuou recolhimento de dividendos acumulados referentes aos exercícios de 1999 e 2000 no valor de R\$ 378,7 milhões, e para a Petrobras, que efetuou pagamento antecipado de dividendos no montante de R\$ 371,0 milhões.

Quanto à arrecadação de *royalties* petróleo e participação especial (Lei nº 9.478/1997), o acréscimo decorreu do aumento da produção interna de

petróleo e gás natural e da depreciação da taxa de câmbio em 2001. No caso da participação especial, além dos fatores mencionados, sua cobrança caracteriza-se pela progressividade das alíquotas, observando-se este ano aumento de arrecadação da ordem de 73% frente ao mesmo período de 2000.

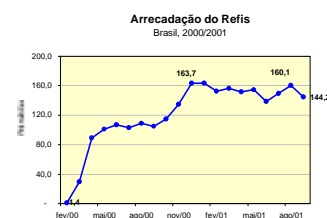
O acréscimo nas receitas parafiscais e taxas diversas vinculadas a órgãos da administração direta e indireta esteve associado a: i) receitas de serviços de processamento de dados (R\$ 226,5 milhões ou 145,9%); e ii) receitas de serviços hospitalares (R\$ 193,6 milhões ou 458,5%). No caso das receitas de processamento de dados, a arrecadação foi afetada pelo pagamento ao Serpro de serviços relativos a exercícios anteriores. Quanto às receitas de serviços hospitalares, o acréscimo decorreu da cobrança da indenização pela prestação de assistência médico-hospitalar aos militares inativos, no âmbito da reestruturação da remuneração dos militares definida nos termos da Medida Provisória nº 2.215-10/2001.

Os ingressos decorrentes do parcelamento de débitos previstos no Refis atingiram R\$ 1,0 bilhão no período, contra R\$ 484,2 milhões nos primeiros nove meses de 2000. O gráfico ao lado apresenta a evolução do recolhimento do programa a partir do seu início em fevereiro daquele ano.

Até setembro, as transferências a estados e municípios passaram de 3,7% do PIB estimado em 2000 para 3,9% do PIB em 2001, perfazendo um incremento de R\$ 4,5 bilhões. No que concerne às transferências constitucionais, estas apresentaram um acréscimo de R\$ 4,1 bilhões (18,1%), refletindo o bom desempenho dos tributos partilhados. Assim, à exceção de março, em todos os demais meses de 2001 tais transferências superaram aquelas observadas em 2000.

Os repasses decorrentes da aplicação da Lei Complementar nº 87/1996 apresentaram redução de R\$ 252,1 milhões (8,6%) no ano. Esse comportamento está associado à mudança na sistemática de repasse das transferências instituída pela Lei Complementar nº 102/2000, regulamentada pela Medida Provisória nº 1.816/2000 e convertida posteriormente na Lei nº 10.195/2001, resultando em concentração de liberações em agosto e setembro do ano passado.

O aumento da arrecadação de royalties petróleo e participação especial, de R\$ 1,1 bilhão no acumulado do ano, decorre do aumento da produção nacional e da depreciação cambial em 2001.



Transferências a estados e municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Jan-Set (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Constitucionais	2,86%	3,07%
Desoneração do ICMS	0,37%	0,31%
Demais	0,50%	0,52%
Total	3,72%	3,90%

**DEMAIS TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E
MUNICÍPIOS
Jan-Set (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Salário-Educação	1.350,2	1.604,5
Royalties Lei 9478	1.332,6	1.845,7
Fundef	346,8	349,9
Outras	920,2	739,5
Total	3.949,8	4.539,6

As demais transferências atingiram R\$ 4,5 bilhões nos primeiros nove meses deste ano, correspondendo a 0,52% do PIB, ligeiramente superior ao nível verificado em 2000. Em termos nominais, o aumento foi de R\$ 589,8 milhões (14,9%), associado, principalmente, ao crescimento de R\$ 513,1 milhões dos *royalties* petróleo e participação especial decorrentes da Lei nº 9.478/1997, e às transferências do salário-educação, cuja elevação foi de R\$ 254,3 milhões. Os repasses da União para complementação do Fundef mantiveram-se praticamente constantes em termos nominais.

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

A redução das despesas do Tesouro Nacional, em setembro, concentrou-se nos gastos do FAT e dos subsídios e subvenções econômicas.

Em setembro, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram redução nominal de 6,2%, correspondente a R\$ 643,7 milhões, relativamente ao mês de agosto. Enquanto as despesas com pessoal e encargos sociais mantiveram-se praticamente no mesmo nível, verificou-se diminuição nas despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e naquelas relativas a subsídios e subvenções econômicas.

A redução nas despesas do FAT foi de R\$ 379,1 milhões (40,2%) como reflexo dos seguintes fatores: i) queda nas despesas com seguro desemprego, que passaram de R\$ 524,6 milhões, em agosto, para R\$ 315,7 milhões, em setembro; ii) menor transferência de recursos às instituições financeiras para pagamento da terceira parcela de 2001 do abono salarial, cujo montante foi de R\$ 167,7 milhões no mês, contra R\$ 236,2 milhões em agosto; e iii) redução de R\$ 101,7 milhões nas demais despesas, em virtude da concentração, no mês anterior, de transferências para a realização de convênios com unidades da federação e outras entidades no âmbito do Programa de Qualificação Profissional do Trabalhador.

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas apresentaram redução de R\$ 376,3 milhões (70,7%), comparativamente a agosto. No âmbito do Programa das Operações Oficiais de Créditos, a despesa líquida com compra e venda de produtos agrícolas e os gastos com equalização de taxa de juros passaram de R\$ 534,1 milhões no mês anterior, para R\$ 65,1 milhões em setembro. Essa variação concentrou-se, principalmente, na despesa relativa às operações do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) que perfez R\$ 50,4 milhões contra R\$ 408,2 milhões no mês anterior. Cabe mencionar que em agosto, excepcionalmente, foram emitidos títulos federais (NTN-I) para fazer face aos contratos entre exportadores e as instituições financeiras firmados no trimestre junho a agosto. Outro fator explicativo do comportamento de setembro refere-se ao crescimento nas receitas com os leilões (semanais) de arroz no âmbito do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF), favorecidas pela elevação do preço verificada no período.

**DESPESAS DO TESOURO NACIONAL
2001**

DISCRIMINAÇÃO	Ago	Set
Pessoal e Encargos	4.787,3	4.806,2
Custeio e Capital	5.527,6	4.865,0
Despesas do FAT	942,2	563,1
Subsídios e Subvenções	532,1	155,8
Outras	4.053,2	4.146,1

As demais despesas de custeio e capital cresceram 2,3%, equivalente a R\$ 92,9 milhões. Em setembro, foram efetuadas liberações de R\$ 110,0 milhões para ações emergenciais de defesa civil consoante abertura de créditos extraordinários por intermédio da Medida Provisória nº 1, de 19/09/2001, e da Lei nº 10.278, de 10/09/2001. Por fim, à semelhança dos meses anteriores, as despesas com custeio e investimento em ações na área de Saúde perfizeram R\$ 1,6 bilhão.

Até setembro de 2001, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 87,9 bilhões, equivalente a 10,0% do PIB, enquanto que, em igual período de 2000, estas situaram-se em R\$ 75,2 bilhões, correspondente a 9,4% do PIB. As despesas com pessoal e encargos passaram de 5,0% do PIB para 5,3% do PIB. Comportamento idêntico foi observado também nas despesas de custeio e capital: elevaram-se de 4,4% do PIB, nos nove primeiros meses 2000, para 4,7% do PIB, em idêntico período deste ano.

O crescimento nominal de 15,7% nas despesas com pessoal e encargos sociais deveu-se, principalmente: i) ao realinhamento salarial ocorrido em função da reestruturação de diversas carreiras do funcionalismo civil, bem como da carreira militar das Forças Armadas, contemplada na Medida Provisória nº 2.215-10, de 31/08/2001; ii) ao pagamento da primeira parcela do Adicional de Tempo de Serviço dos servidores ex-celetistas que passaram ao Regime Jurídico Único (RJU), decorrente da suspensão da execução do inciso I do art. 7º da Lei nº 8.162, de 08/01/1991 pela Resolução SF nº 35/1999, e cujo procedimento de pagamento foi estabelecido pelo art. 8º da Medida Provisória nº 2.169-43, de 24/08/2001; e iii) ao pagamento de acréscimo salarial de 11,98% ao pessoal dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, relativo à conversão dos salários pela URV, em cumprimento a decisões judiciais.

No que se refere às despesas de custeio e capital, verificou-se acréscimo de 18,1%, comparativamente ao período de janeiro a setembro de 2000. Cabe destacar que a evolução das referidas despesas reflete a vigência da regra do duodécimo em 2000, que condicionou a execução da despesa no período de janeiro a abril daquele ano, sem correspondência em 2001. Por sua vez, as despesas de custeio e capital do Ministério da Saúde totalizaram R\$ 14,3 bilhões nos nove primeiros meses de 2001, contra R\$ 12,5 bilhões no mesmo período de 2000, como decorrência do cumprimento à Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

O crescimento das despesas com pessoal reflete, em grande medida, realinhamentos e reajustes salariais concedidos a diversas carreiras da administração federal.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Set (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Pessoal e Encargos	5,03%	5,31%
Custeio e Capital	4,41%	4,74%
Despesas do FAT	0,52%	0,55%
Subsídios e Subvenções	0,22%	0,29%
Outras	3,67%	3,90%

O crescimento das despesas com seguro desemprego e abono salarial é explicado pelo aumento do valor do salário mínimo.

As despesas de custeio do FAT apresentaram ligeiro aumento em percentual do PIB. Em termos nominais, tais gastos elevaram-se em R\$ 657,5 milhões como decorrência, principalmente, do crescimento das despesas com seguro desemprego e abono salarial, que passaram de R\$ 3,5 bilhões até setembro de 2000, para R\$ 4,1 bilhões em igual período de 2001. Tal elevação deveu-se, em boa medida, ao impacto do reajuste do salário mínimo a partir de abril deste ano. As demais despesas do FAT subiram de R\$ 614,7 milhões para R\$ 755,3 milhões no período mencionado.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Jan-Set (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Agricultura	731,9	864,4
Custeio Agropecuário	88,9	119,4
Investimento Rural	12,9	45,9
Preços Agrícolas	359,1	367,2
- EGF	2,4	2,0
- AGF	340,6	289,9
- Sustentação de preços	16,1	75,2
Pronaf	271,0	302,9
PESA	0,0	29,0
Securitização (Lei 9.138)	0,0	0,0
Exportação	496,8	929,0
Proex	496,8	929,0
Total	1.228,8	1.793,4

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas apresentaram elevação de 42,5%, comparativamente a 2000. Em particular, verificou-se crescimento expressivo com subsídios às exportações, cujas despesas com equalização de taxas de juros, sob o amparo do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), passaram de R\$ 496,8 milhões, entre janeiro e setembro de 2000, para R\$ 929,0 milhões, em idêntico período este ano. Tal variação decorreu, por um lado, da depreciação do real frente ao dólar norte-americano e, por outro, do aumento significativo na demanda por financiamentos com recursos do Programa. Até setembro, as operações realizadas no âmbito do Proex, na modalidade de financiamento sujeito à equalização de taxas, perfizeram US\$ 386,0 milhões, contra US\$ 247,9 milhões em idêntico período de 2000. Com o apoio recebido pelo Programa, o volume de exportações vinculadas passou de US\$ 7,6 bilhões, nos primeiros nove meses de 2000, para US\$ 12,6 bilhões até setembro deste ano.

Previdência Social

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 1,1 bilhão no mês de setembro. No acumulado do ano, o déficit atingiu R\$ 7,6 bilhões ou 0,87% do PIB estimado.

O déficit da Previdência Social (RGPS) atingiu R\$ 1,1 bilhão em setembro, levemente superior ao observado no mês anterior. Tal resultado é explicado pela ausência de receitas adicionais de contribuições sobre férias, concentradas em julho, com impacto no caixa da Previdência mês de agosto.

O déficit do RGPS atingiu o montante de R\$ 7,6 bilhões no acumulado do ano, com elevação nominal de 32,3% em relação a idêntico período de 2000. Em relação ao PIB estimado, o déficit apresentou crescimento de 0,15 ponto percentual, passando de 0,72% para 0,87%.

Até o mês de setembro, a arrecadação líquida atingiu R\$ 43,7 bilhões, registrando crescimento de 12,1% em relação a igual período de 2000. Destaca-se o incremento de R\$ 5,2 bilhões das contribuições previdenciárias, reflexo do esforço de recuperação de receitas, e incremento da base de contribuintes devido ao crescimento do nível de emprego formal. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (Fonte Caged – Análise do Mercado Formal de Trabalho), a

trajetória da quantidade de emprego formal é crescente, apresentando, no período de janeiro à agosto de 2001, 692,7 mil novos postos de trabalho.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL Brasil, 2000-2001				
DISCRIMINAÇÃO	Ago	Set	Jan-Set	
	2001	2001	2000	2001
Arrecadação Líquida	5.052,2	4.911,5	39.032,5	43.737,4
Arrecadação Bruta	5.485,1	5.290,2	42.141,2	47.514,8
- Contribuição Previdenciária	5.133,5	4.951,5	39.147,9	44.316,1
- Simples	209,1	220,5	1.440,3	1.774,3
- CDP	1,1	0,0	186,6	52,7
- CFTE/FIES	32,1	24,8	173,0	270,7
- Depósitos Judiciais	58,8	47,8	740,0	555,3
- Refis	40,1	36,1	161,4	342,4
- Outras Receitas	10,3	9,5	292,0	203,3
(-) Restituição/Devolução	-47,1	-23,4	-127,3	-253,0
(-) Transferências a Terceiros	-385,8	-355,3	-2.981,4	-3.524,4
Benefícios Previdenciários	6.092,5	6.019,1	44.781,1	51.340,7
Resultado Primário	-1.040,3	-1.107,7	-5.748,6	-7.603,3
Resultado Primário/PIB			-0,72%	-0,87%

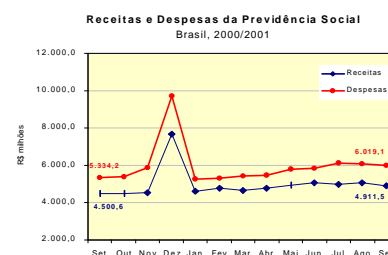
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA Jan-Set (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Contribuição	4,90%	5,00%
Benefícios	5,62%	5,87%
Resultado Primário	-0,72%	-0,87%

As despesas com benefícios previdenciários atingiram R\$ 51,3 bilhões, contra R\$ 44,8 bilhões observados de janeiro a setembro de 2000, representando aumento nominal de 14,6%. Esse acréscimo pode ser explicado por dois fatores: i) aumento do valor médio dos benefícios previdenciários pagos no período, os quais passaram de R\$ 245,5, entre janeiro e setembro de 1999, para R\$ 264,5 entre os mesmos meses em 2000, e atingiram R\$ 294,2 em idêntico período deste ano; e ii) aumento da quantidade de benefícios pagos, passando de uma média de 19,1 milhões entre janeiro e setembro de 2000 para 19,8 milhões em 2001, representando crescimento de 3,7%.

Benefícios Emitidos	Jan/2000-Set/2000	Jan/2001-Set/2001	%
Quantidade*	19,1	19,8	3,7%
Valor Médio**	264,5	294,2	11,2%

(*) média em milhões
(**) média em R\$ 1,00

Destaca-se, ainda, o crescimento das receitas acumuladas no ano provenientes do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) e de repasse do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior (FIES), em relação a igual período em 2000. O crescimento de 112% nas receitas do Refis, correspondente a R\$ 181,0 milhões, deveu-se, principalmente, à mudança de opção de empresas do setor hospitalar, as quais deixaram de repassar parte dos recursos ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) e optaram pelo parcelamento de suas dívidas junto ao INSS no âmbito do Refis. Já no caso do FIES, o incremento de R\$ 97,7 milhões pode ser atribuído à ampliação do programa de financiamento.



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em setembro, a dívida líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 289,8 bilhões, equivalente a 24,9% do PIB.

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado totalizou R\$ 289,8 bilhões, no mês de setembro, ou 24,9% do PIB acumulado nos últimos doze meses. A tabela 2, a seguir, apresenta a composição da dívida líquida em poder do mercado nos meses de julho, agosto e setembro.

TABELA 2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO
BRASIL, 2001

(R\$ milhões)

	2001		
	Jul	Ago	Set
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	89.866	87.824	92.746
Dívida Mobiliária em Mercado ¹	462.588	464.504	475.126
Dívida Contratual da STN	-288.948	-292.100	-297.007
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-83.773	-84.581	-85.373
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	173.807	188.413	197.044
Dívida Mobiliária em Mercado	130.705	142.496	149.007
Títulos Depositados em Garantia	-4.101	-4.305	-4.457
Dívida Contratual	48.269	51.288	53.656
Disponibilidades	-1.065	-1.065	-1.162
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	263.674	276.237	289.790
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	22,9%	23,9%	24,9%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

A depreciação da taxa de câmbio e as emissões de títulos indexados à variação cambial contribuíram para o aumento da dívida líquida no mês.

Em relação ao mês anterior, a dívida líquida aumentou 1,0 ponto percentual do PIB. Parte desse aumento refere-se à dívida externa líquida, cujo saldo em reais foi R\$ 8,6 bilhões superior ao registrado no mês anterior, devido à depreciação da moeda nacional frente ao dólar (4,68%). Por sua vez, houve crescimento de R\$ 10,6 bilhões na dívida mobiliária interna em mercado, em decorrência dos efeitos da depreciação cambial sobre os títulos indexados à variação da taxa de câmbio e à emissão líquida de títulos cambiais ocorridas no mês, as quais estão detalhadas a seguir.

Dívida Interna Líquida

A dívida interna líquida aumentou R\$ 4,9 bilhões em relação a agosto. Tal comportamento reflete o crescimento do estoque da dívida mobiliária em mercado de R\$ 10,6 bilhões, que foi compensado, em parte, pelo aumento dos haveres contratuais da STN em R\$ 4,9 bilhões, devido à apropriação de encargos aos saldos associada à variação de seus principais indexadores (IGP-DI, Selic, TR e câmbio), e dos haveres dos fundos, autarquias e fundações

(R\$ 792,0 milhões), devido à variação cambial e ao aumento das disponibilidades do FAT no BNDES. Com relação à dívida mobiliária interna, o aumento do saldo está relacionado com as emissões líquidas de R\$ 3,5 bilhões e com a apropriação de juros em R\$ 7,1 bilhões.

TABELA 3
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (EM MERCADO)
BRASIL, 2001

	(R\$ milhões)		
	2001		
	Jul	Ago	Set
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	89.866	87.824	92.746
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO	462.588	464.504	475.126
LFT	252.997	254.034	255.030
LTN	60.660	58.072	57.183
NTN-C	21.252	22.454	23.401
NTN-D	12.639	11.924	20.941
Demais	94.481	96.171	97.051
Dívida Securitizada	18.080	19.400	19.098
TDA	2.479	2.449	2.422
DÍVIDA CONTRATUAL	-372.722	-376.681	-382.380
<i>Tesouro Nacional</i>	-288.948	-292.100	-297.007
Dívida Bancária	27.260	25.990	25.989
Lei nº 7.976/89	-11.207	-11.585	-12.082
Lei nº 8.727/93	-44.434	-44.576	-44.639
Lei nº 9.496/97	-145.557	-148.095	-149.746
Renegociação Dívida Municipais	-19.150	-19.514	-19.700
Demais Haveres da STN	-95.860	-94.320	-96.829
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-83.773	-84.581	-85.373
FAT	-61.574	-61.622	-62.252
Demais Entidades	-22.200	-22.958	-23.121
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO/PIB	40,2%	40,1%	40,8%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-32,4%	-32,5%	-32,8%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-25,1%	-25,2%	-25,5%

A dívida mobiliária em mercado aumentou R\$ 10,6 bilhões em setembro, sendo R\$ 3,5 bilhões emissões líquidas e o restante apropriação de juros.

Em setembro, as emissões brutas da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) de responsabilidade do Tesouro Nacional em mercado corresponderam a R\$ 14,7 bilhões, e os resgates perfizeram R\$ 11,2 bilhões, resultando em emissão líquida de R\$ 3,5 bilhões.

Esse resultado deveu-se às emissões líquidas de NTN-C e, principalmente, de NTN-D, nos montantes de R\$ 581,3 milhões e R\$ 8,3 bilhões, respectivamente, conforme apresentado na tabela 4.

Além de R\$ 9,5 bilhões em NTN-D, cujos prazos foram de 6, 12 e 36 meses, o Tesouro Nacional emitiu, por meio de oferta pública, R\$ 3,0 bilhões em LFT de 5 anos, R\$ 1,3 bilhão de LTN de 6 meses e R\$ 617,1 milhões em NTN-C com vencimentos em 2005 e 2011.

Emissões e Resgates

No mês de setembro, o Tesouro Nacional realizou emissão líquida de R\$ 3,5 bilhões.

Ofertas Públicas

**Boxe 1
Emissões de NTN-D**

Com relação às operações em oferta pública, destaca-se o retorno das emissões de títulos cambiais (NTN-D), que não ocorriam desde o início de 1999. No mês de setembro, foram emitidos títulos no montante total de R\$ 9,5 bilhões, com prazos de 6, 12 e 36 meses.

Essas emissões representam o início do processo de adaptação do Governo Federal ao disposto no art. 34 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu que, a partir de maio de 2002, o Banco Central estará impedido de emitir títulos de sua responsabilidade, passando, então, a atuar em mercado somente com títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Esse processo inclui a readequação da carteira de títulos do Banco Central com títulos do Tesouro Nacional até maio de 2002, de modo a evitar qualquer solução de continuidade na condução das políticas executadas por aquela autarquia.

Em função das incertezas quanto às conseqüências políticas e econômicas dos atentados aos Estados Unidos, o Tesouro Nacional realizou um único leilão de LTN no dia 04 do mês.

TABELA 4
EMISSIONES E RESGATES DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA (DPMFi) DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO
BRASIL, Set/2001

(R\$ milhões)

Fatos	Ofertas Públicas*	Emissões Diretas	Total
I. Emissões	14.392	282	14.673
LFT	2.957	0	2.957
LTN	1.337	0	1.337
NTN-C	617	0	617
NTN-D	9.461	0	9.461
TDA	0	31	31
Securitizada**	0	0	0
Demais	20	250	270
II. Resgates***	9.500	1.691	11.191
LFT	5.323	0	5.323
LTN	3.000	0	3.000
NTN-C	36	0	36
NTN-D	1.141	0	1.141
TDA	0	60	60
Securitizada**	0	459	459
Demais	0	1.172	1.172
III. Valor líquido (I-II)	4.892	-1.409	3.483

* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates dos títulos emitidos por meio de colocação direta.

** Inclui dívida agrícola.

*** Corresponde aos montantes de pagamentos e cancelamentos.

Emissões Diretas

As emissões diretas da dívida mobiliária totalizaram R\$ 266,1 milhões, tendo sido mais representativa a emissão de R\$ 180,9 milhões em NTN-I para equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Composição

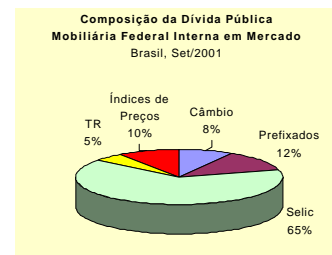
A composição da dívida mobiliária apresentou pequenas alterações no mês de setembro, com destaque para o aumento na participação dos títulos cambiais e daqueles remunerados por índice de preços, em virtude das emissões líquidas de NTN-D e NTN-C já mencionadas, e em decorrência da depreciação cambial observada no mês.

Como consequência desse movimento e do efeito dos resgates líquidos de LFT e LTN, de R\$ 2,4 bilhões e R\$ 1,7 bilhão, respectivamente, as participações dos títulos prefixados e dos remunerados à taxa Selic diminuíram.

TABELA 5
COMPOSIÇÃO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO POR TIPO DE RENTABILIDADE
BRASIL, 2000/2001

Indexador	2001 (%)		
	2000		Set
	Set	Ago	
Selic	61,9	66,9	65,1
Câmbio	7,6	6,5	8,4
Prefixados	18,2	12,6	12,0
Índices de Preços	6,9	9,2	9,8
TR	5,3	4,7	4,7
Outros	0,1	0,0	0,0

* Não inclui dívida agrícola.



Vale mencionar que, em função da ausência de novas emissões de NTN-D, desde o início de 1999, e dos resgates efetuados ao longo do período, a participação desses títulos na composição da dívida mobiliária interna em mercado apresentava uma trajetória declinante até o mês de agosto, passando a reverter-se no mês em análise. Em dezembro de 2000, o saldo de NTN-D em mercado representava 3,8% do total, caindo para 2,7% em agosto de 2001, mesmo levando em conta a depreciação cambial ocorrida no ano. Apenas a partir de setembro 2001, por força do início do processo de readequação da carteira do Banco Central com títulos do Tesouro, essa participação volta a elevar-se, atingindo 4,6% da dívida mobiliária interna em mercado.

A partir de setembro, devido ao processo de readequação da carteira do Banco Central com títulos do Tesouro Nacional, a participação das NTN-D no total dos títulos emitidos voltou a elevar-se, atingindo 4,6%.

Boxe 2 – Flutuação Cambial e Déficit Público

Embora a flutuação cambial afete o saldo da dívida interna do Tesouro, o efeito sobre o déficit público nominal é bastante distinto, se considerado seu impacto quando do vencimento dos títulos indexados à variação cambial.

Com efeito, o prazo médio atual desses títulos é de cerca de 20 meses, com 90% do estoque vencendo após 2001. Informações do Banco Central mostram que, com essa metodologia, o déficit do governo federal atingiu 0,57% do PIB até o mês de agosto, contra 1,47% do PIB pela apuração anterior.

Custo Médio

O custo médio da DPMFi em mercado aumentou de 22,65% a.a., em agosto, para 23,58% a.a. em setembro (vide tabela 6). A elevação é explicada, basicamente, pela depreciação cambial ocorrida no mês.

Por outro lado, observou-se uma redução do custo médio das LTN. A taxa do leilão, em setembro, foi de 22,86% a.a., inferior à taxa média dos leilões realizados em agosto (23,43% a.a.).

Em setembro, o crescimento do custo médio total da dívida mobiliária em mercado pode ser explicado pela depreciação da moeda nacional em relação ao dólar.

TABELA 6
CUSTO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO
BRASIL, 2000/2001

Em % anual

Título	2000		2001	
	Set	Ago	Set	
LTN	18,71	17,54	17,51	
LFT	16,56	19,00	19,06	
NTN-C	29,98	27,91	16,57	
NTN-D	31,60	89,08	106,66	
TDA	7,70	9,81	8,03	
Dívida Securitizada *	21,39	16,71	11,55	
Demais **	19,50	29,44	45,11	
Total	18,40	22,65	23,58	

* Não inclui dívida agrícola.
** Inclui NTN-D.

Excluindo-se os títulos cambiais, observou-se uma queda de 0,65 ponto percentual do custo médio, que passou de 18,60% a.a. em agosto para 17,95% a.a. em setembro (vide tabela 7). Tal fato é resultado, principalmente, da queda do custo médio das NTN-C e dos títulos da dívida securitizada, decorrente da redução dos principais fatores de remuneração desses títulos (IGP-DI e IGP-M). Os custos médios das LFT e LTN permaneceram praticamente inalterados em relação ao mês de agosto.

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi em mercado caiu, de 18,60% a.a. em agosto, para 17,95% a.a. em setembro.

TABELA 7
CUSTO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO
BRASIL, 2000/2001

(% anual)

Período	Total (1)	Total (2)	Pub (1)	Pub (2)
2000				
Set	17,33	18,12	17,38	16,74
Out	16,55	20,44	17,09	20,83
Nov	16,18	18,88	17,00	19,56
Dez	15,98	15,38	16,86	16,57
2001				
Jan	15,51	15,84	16,20	16,67
Fev	15,11	19,50	15,87	19,35
Mar	15,28	20,54	16,04	19,70
Abr	16,28	16,71	16,94	17,40
Mai	16,04	24,60	16,78	22,46
Jun	17,02	14,67	17,83	16,56
Jul	18,43	23,34	19,18	22,59
Ago	18,60	22,65	19,35	22,30
Set	17,95	23,58	18,75	22,25

Pub - Títulos emitidos em oferta pública em mercado.
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

O prazo médio da DPMFi em mercado atingiu o valor de 41,81 meses, no mês de setembro, apresentando redução de 0,24 meses em relação a agosto (vide tabela 8). Tal fato é decorrente, basicamente, das diminuições nos prazos médios das LTN e NTN-C, apesar do aumento do prazo médio das NTN-D, TDA e da dívida securitizada.

A queda no prazo médio da LTN deveu-se ao pequeno volume emitido no mês, insuficiente para compensar a diminuição em seu prazo remanescente. Quanto à NTN-C, a queda deveu-se principalmente ao fato de que o prazo médio de emissão (57,44 meses) foi inferior ao prazo médio do estoque verificado em agosto (76,19 meses).

No que se refere aos demais títulos, merece destaque o significativo aumento no prazo médio das NTN-D, explicado pela emissão líquida ocorrida no mês, e pelo maior prazo médio de emissão em setembro (24,80 meses), em relação ao prazo médio do estoque em agosto (16,19 meses).

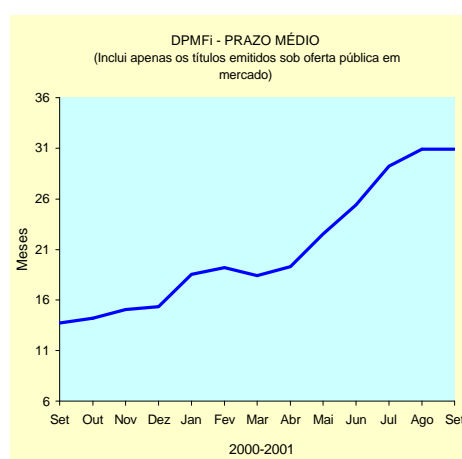
Prazo Médio

O prazo médio da dívida interna em mercado passou de 42,05 meses em agosto, para 41,81 meses em setembro.

TABELA 8
PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO BRASIL, 2000-2001 (meses)

Período	Total	Pub (1)
2000		
Set	31,05	13,73
Out	31,42	14,19
Nov	32,17	15,05
Dez	32,27	15,36
2001		
Jan	34,56	18,54
Fev	34,90	19,19
Mar	34,12	18,43
Abr	35,24	19,28
Mai	37,99	22,52
Jun	40,23	25,39
Jul	41,13	29,20
Ago	42,05	30,93
Set	41,81	30,92

(1) Títulos emitidos por meio de oferta pública.



PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO BRASIL, 2000-2001 (meses)

Título	2000	2001
	Set	Ago Set
LTN	5,31	4,12 3,40
LFT	26,68	39,07 39,08
NTN-C	38,20	76,19 74,77
NTN-D	9,39	16,19 20,13
TDA	48,55	46,29 46,71
Dívida Securitizada*	72,67	68,78 65,80
Demais	92,13	92,41 92,48
Total	31,05	42,05 41,81

(*) Inclui dívida agrícola.

As LFT mantiveram seu prazo médio praticamente constante e os Títulos da Dívida Agrária (TDA) apresentaram ligeiro aumento em virtude da emissão líquida ocorrida em setembro. O aumento verificado no prazo da dívida securitizada deveu-se à amortização de parte dos títulos que possuíam prazo médio inferior ao do estoque dessa dívida.

O estoque da Dívida Pública Federal Externa (DPFe) do Tesouro Nacional, em moeda nacional, aumentou 4,61% (R\$ 8,7 bilhões), em relação ao mês anterior. Esse crescimento decorreu, essencialmente, da depreciação da moeda nacional ocorrida no mês de agosto (4,69%), uma vez que o estoque

Dívida Externa Líquida

expresso em moeda norte-americana manteve-se praticamente estável. No mês, não ocorreram movimentos significativos de emissões ou amortizações.

Em setembro, o saldo da dívida externa líquida perfez 16,9% do PIB, contra 16,3% do PIB no mês anterior, em decorrência da depreciação do real no período.

TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (EM MERCADO)
BRASIL, 2000/2001

(R\$ milhões)

	2000	2001	
	Set	Ago	Set
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO	97.784,9	142.495,9	149.006,6
Bônus de Renegociação	49.732,6	51.008,9	53.314,3
Bônus de Captação	48.052,3	91.487,0	95.692,3
II. DÍVIDA CONTRATUAL	36.092,9	51.287,7	53.656,1
Organismos Multilaterais	15.830,8	25.922,3	27.122,0
Bancos Privados/Ag. Governamentais	6.326,4	8.707,3	9.108,6
Clube de Paris	13.935,7	16.658,1	17.425,5
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.707,2	-4.305,2	-4.456,8
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-864,5	-1.065,0	-1.162,0
V. TOTAL (I+II+III+IV)	128.306,1	188.413,4	197.043,9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA TOTAL/PIB	12,1%	16,3%	16,9%

Quanto ao serviço da dívida externa, foram desembolsados o correspondente a R\$ 814,0 milhões, dos quais R\$ 259,9 milhões para pagamento de principal da dívida junto a organismos multilaterais. Também foram desembolsados R\$ 353,3 milhões de juros e encargos a esses credores, e R\$ 250,7 milhões a título de juros e encargos do Global 2003.

Foram pagos no mês R\$ 814,0 milhões entre principal, juros e encargos da dívida externa.

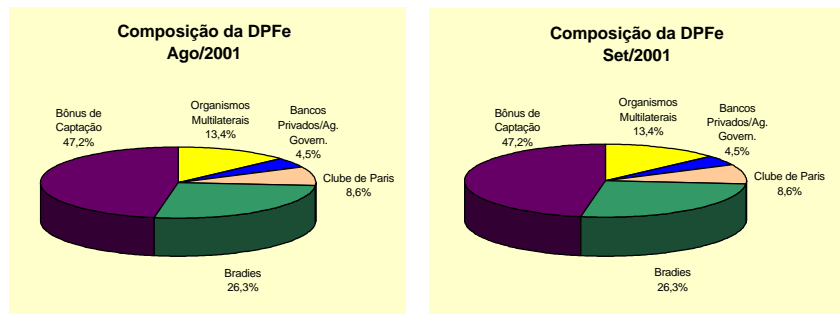
TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, Set/2001

(R\$ milhões)

Discriminação	Principal	Juros e Encargos	Total
I. Encargos Totais	381,0	433,0	814,0
I.1. Organismos Multilaterais	259,9	93,4	353,3
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	79,8	24,0	103,8
I.3. Dívida Mobiliária	41,3	315,6	356,9
BIB	41,3	32,0	73,3
Global 2003	0,0	250,7	250,7
Samurai 2006	0,0	32,9	32,9

Em setembro, a composição da DPFe manteve-se estável em relação ao mês anterior, conforme pode ser observado nos gráficos a seguir.

Composição



O prazo médio da dívida externa ficou em 13,77 anos em setembro, contra 13,85 anos no mês anterior.

O prazo médio da dívida mobiliária externa diminuiu de 13,85 anos, em agosto, para 13,77 em setembro. Tal redução pode ser explicada pela diminuição em um mês no prazo remanescente dos títulos. O custo médio da dívida mobiliária externa permaneceu inalterado em 8,69% a.a..

TABELA 11
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA EXTERNA BRASIL, 2000/2001

Título	2000		2001
	Set	Ago	Set
Prazo Médio (anos)	15,50	13,85	13,77
Bônus de Renegociação	13,78	13,03	12,94
Bônus de Captação	17,28	14,31	14,23
Globais	21,60	18,88	18,79
Euros	5,59	5,35	5,27
Demais	3,92	3,99	3,31
Custo Médio (% a.a.) *	9,00	8,69	8,69
Bônus de Renegociação	7,39	6,37	6,37
Bônus de Captação	10,67	9,98	9,98
Globais	11,32	10,97	10,97
Euros	9,99	9,80	9,80
Demais	6,31	5,77	5,77

* Custo Médio em dólares.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal

- **Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central
- **Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional
- **Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central
- **Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

- **Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)
- **Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional
- **Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal
- **Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

- Boletim FPE/FPM
- Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Set/2000	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2001
I. RECEITA TOTAL	18.853,5	19.979,1	20.148,6	25.618,8	22.692,7	18.472,1	21.642,8	24.666,2	23.404,5	20.930,4	21.969,9	22.570,5	21.191,8
I.1. Receitas do Tesouro	14.352,9	15.483,9	15.631,3	17.948,6	18.073,2	13.692,4	16.995,4	19.883,8	18.486,0	15.888,0	16.986,1	17.518,3	16.280,3
I.1.1 Receita Bruta	14.745,3	16.123,5	16.069,0	18.479,9	18.440,0	14.040,5	17.277,6	20.079,7	18.607,3	16.866,2	18.065,4	18.657,3	16.698,6
- Impostos	6.965,8	7.424,9	7.365,2	9.169,3	8.718,7	6.378,4	7.607,4	8.454,6	7.956,2	7.810,6	8.436,4	8.192,8	7.673,3
- Contribuições	6.598,9	7.293,4	7.620,0	7.732,4	8.069,5	6.514,6	7.116,4	7.660,5	7.614,2	7.577,3	7.881,4	7.922,3	7.510,6
- Demais	1.180,6	1.405,2	1.083,8	1.578,1	1.651,9	1.147,6	2.553,8	3.964,6	3.036,9	1.478,3	1.747,6	2.542,2	1.514,7
I.1.2. (-) Restituições	-327,5	-568,4	-367,9	-459,6	-314,1	-291,7	-253,0	-132,4	-104,1	-978,2	-1.079,3	-1.139,0	-418,3
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-64,9	-71,3	-69,7	-71,7	-52,8	-56,4	-29,2	-63,5	-17,1	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	4.500,6	4.495,2	4.517,3	7.670,2	4.619,6	4.779,7	4.647,4	4.782,3	4.918,4	5.042,4	4.983,8	5.052,2	4.911,5
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.286,4	3.287,0	3.724,6	3.619,0	4.357,6	3.820,3	3.319,4	3.632,5	4.305,2	3.606,1	3.538,5	3.668,3	3.858,7
II.1. Transferências Constitucionais	2.404,4	2.545,3	2.754,4	3.088,3	3.541,4	2.909,5	2.562,5	3.008,6	3.363,1	2.968,4	2.680,9	2.817,3	3.028,6
II.2. Lei Complementar 87/96	481,3	389,7	292,4	195,0	298,7	298,7	298,7	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5
II.3. Demais	400,8	352,1	677,8	335,7	517,5	612,1	458,3	325,5	643,6	339,3	559,2	552,5	531,7
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	15.567,0	16.692,0	16.424,0	21.999,8	18.335,1	14.651,8	18.323,4	21.033,6	19.099,3	17.324,3	18.431,4	18.902,3	17.333,1
IV. DESPESA TOTAL	13.940,9	15.616,8	15.082,0	23.844,5	15.741,6	14.001,2	14.674,8	14.353,4	15.542,2	15.732,6	17.126,1	16.407,4	15.690,3
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4.221,5	4.326,1	4.441,2	6.725,7	5.953,1	4.913,3	4.782,2	4.863,6	4.752,8	5.304,5	6.261,6	4.787,3	4.806,2
IV.1.1. INSS	254,2	263,0	263,6	409,5	310,6	243,0	242,9	236,3	235,2	284,7	351,4	253,9	238,4
IV.1.2. Demais	3.967,3	4.063,1	4.177,6	6.316,1	5.642,5	4.670,3	4.539,2	4.627,3	4.517,6	5.019,9	5.910,1	4.533,4	4.567,8
IV.2. Benefícios Previdenciários	5.334,2	5.405,5	5.885,5	9.715,0	5.260,0	5.301,8	5.448,1	5.464,8	5.798,1	5.835,7	6.120,6	6.092,5	6.019,1
IV.3. Custeio e Capital	4.385,1	5.885,2	4.755,4	7.403,9	4.528,5	3.786,1	4.444,6	4.025,1	4.991,4	4.592,3	4.743,9	5.527,6	4.865,0
IV.3.1. Despesa do FAT	472,9	555,1	344,9	430,9	424,2	322,8	604,9	312,2	637,2	312,4	698,6	942,2	563,1
- Abono e Seguro Desemprego	437,0	482,5	226,3	381,7	380,7	269,8	473,3	178,9	583,7	280,9	650,8	760,8	483,4
- Demais Despesas do FAT	36,0	72,5	118,6	49,2	43,5	53,0	131,6	133,3	53,5	31,5	47,8	181,4	79,7
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	265,5	1.287,5	219,7	372,2	200,1	335,6	346,5	205,1	327,9	326,1	101,5	532,1	155,8
- Operações Oficiais de Crédito	214,2	1.237,6	123,2	329,1	100,7	235,5	271,0	118,8	278,2	102,4	87,5	534,1	65,1
- Subvenções aos Fundos Regionais	51,3	49,9	96,5	43,1	99,5	100,1	75,5	86,3	49,8	223,7	14,0	-2,0	90,7
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	3.646,6	4.042,7	4.190,8	6.600,8	3.904,2	3.127,8	3.493,2	3.507,7	4.026,2	3.953,8	3.943,8	4.053,2	4.146,1
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	1.626,2	1.075,2	1.342,0	-1.844,7	2.593,5	650,6	3.648,6	6.680,2	3.557,1	1.591,7	1.305,3	2.494,9	1.642,7
V.1. Tesouro Nacional	2.459,9	1.985,6	2.710,2	200,1	3.233,9	1.172,6	4.449,2	7.362,6	4.436,7	2.385,1	2.442,0	3.535,2	2.750,4
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-833,7	-910,4	-1.368,2	-2.044,8	-640,5	-522,1	-800,6	-682,4	-879,7	-793,3	-1.136,7	-1.040,3	-1.107,7
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	0,3	-45,7	-26,1	-106,8	-30,3	-73,5	-43,3	-76,5	-57,0	-28,0	-33,8	-42,0	-76,8
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	1.626,5	1.029,5	1.315,9	-1.951,5	2.563,2	577,0	3.605,3	6.603,8	3.500,0	1.563,7	1.271,5	2.452,9	1.565,9
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	142,9	-2.510,8	718,8	-621,4	66,4	479,4	276,2	-102,9	511,6	-156,2	-10,1	18,1	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	1.769,5	-1.481,3	2.034,7	-2.572,9	2.629,6	1.056,4	3.881,5	6.500,8	4.011,7	1.407,6	1.261,4	2.471,0	nd
X. JUROS NOMINAIS (3)	-2.927,4	-7.998,9	-6.330,2	-3.102,5	-6.769,1	-6.446,2	-8.201,4	-6.867,5	-10.895,3	-1.432,9	-12.233,9	-11.143,5	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	-1.157,9	-9.480,2	-4.295,5	-5.675,4	-4.139,5	-5.389,8	-4.320,0	-366,6	-6.883,7	-25,3	-10.972,5	-8.672,5	nd

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOUREO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Set/2000	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2001
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	19.225,6	20.188,8	21.909,6	28.247,7	19.255,9	21.656,8	19.650,8	22.438,0	23.340,1	21.303,4	21.541,1	23.861,0	21.646,3
I.1 - Recolhimento Bruto	13.625,6	14.056,6	16.226,4	19.294,7	13.077,6	15.789,3	13.640,3	15.976,7	17.120,9	14.866,7	15.123,4	16.991,2	15.355,3
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	-72,9	-63,2	-69,7	-71,7	-52,8	-56,4	-29,2	-64,0	-16,6	0,0	0,0	-	-
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	659,0	1.151,2	652,9	723,3	597,2	658,3	752,3	1.279,6	705,2	805,2	704,8	718,6	746,8
I.4 - Receita das Operações de Crédito	137,9	199,8	166,8	238,6	557,2	116,5	268,8	106,2	225,1	162,9	312,2	666,5	127,0
I.5 - Receita do Salário Educação	118,8	118,8	113,9	113,9	169,2	109,6	119,5	124,7	109,9	114,5	124,4	125,4	115,5
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	4.752,8	4.720,7	4.813,7	7.940,9	4.902,5	5.034,7	4.895,2	5.010,0	5.189,1	5.349,2	5.270,6	5.353,1	5.296,0
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	4,4	4,9	5,7	8,2	4,9	4,7	4,0	4,8	6,6	5,0	5,7	6,2	5,7
II. DESPESAS	19.321,3	24.296,1	22.906,3	30.517,9	23.315,6	19.960,1	17.802,6	23.463,7	23.970,6	25.053,5	26.355,3	21.755,7	21.080,9
II.1 - Liberações Vinculadas	3.902,6	3.956,3	4.350,2	4.103,9	5.368,2	4.563,1	3.879,5	4.403,7	4.951,3	4.445,2	4.137,4	4.483,9	4.459,4
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	2.557,9	2.707,6	2.930,6	3.236,3	3.823,1	3.097,6	2.727,5	3.202,6	3.581,3	3.157,7	2.853,1	2.998,6	3.224,7
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	155,6	153,6	390,9	189,6	201,2	398,7	154,4	165,9	330,6	166,2	189,8	406,8	194,0
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	481,0	389,5	292,2	194,8	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5
II.1.4 - Outras Vinculações	708,1	705,6	736,5	483,2	1.045,4	768,3	699,2	736,7	740,9	822,9	796,0	780,1	742,3
II.2 - Liberações Ordinárias	15.418,6	20.339,8	18.556,2	26.413,9	17.947,4	15.397,0	13.923,1	19.060,1	19.019,3	20.608,2	22.217,9	17.271,8	16.621,5
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.303,6	4.298,1	4.495,1	7.763,5	5.703,0	4.759,6	4.895,5	4.871,9	5.180,6	6.516,9	4.703,6	4.741,3	4.615,1
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	652,8	3.489,2	936,6	925,7	641,1	1.043,7	438,4	3.645,4	367,0	814,8	3.910,9	933,2	777,8
i) Dívida Contratual Interna	250,9	715,9	164,2	233,1	210,1	60,7	27,6	128,5	120,6	186,6	2.764,5	15,8	97,5
ii) Dívida Contratual Externa	401,9	2.773,3	772,5	692,6	431,0	983,0	410,8	3.516,9	246,3	628,1	1.146,4	917,3	680,3
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	1.559,4	3.031,7	3.032,6	883,5	2.974,8	1.667,7	-229,2	1.286,0	3.305,0	3.796,3	3.861,9	1.071,9	160,9
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	5.234,0	5.295,5	6.327,1	9.765,9	5.691,8	5.148,9	5.128,9	5.753,3	6.015,8	5.768,1	6.061,7	5.997,4	6.451,4
II.2.5 - Custeio e Investimento	3.402,8	4.030,9	3.561,7	6.538,6	2.587,5	2.429,8	3.312,8	3.306,3	3.757,5	3.509,8	3.461,8	3.896,1	4.379,5
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	266,0	194,5	203,0	536,6	349,1	347,5	376,6	197,2	393,6	202,4	218,0	631,9	236,8
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOUREO (I - II)	-95,7	-4.107,3	-996,7	-2.270,1	-4.059,7	1.696,7	1.848,2	-1.025,7	-630,5	-3.750,0	-4.814,2	2.105,2	565,4
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	14.141,3	20.692,9	19.875,1	12.911,1	34.003,7	8.861,0	6.158,4	12.014,2	21.441,7	26.751,4	18.988,0	14.969,2	14.663,9
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	12.370,3	17.294,1	12.213,4	9.669,4	28.452,0	7.781,2	5.209,9	10.268,5	20.928,9	23.533,3	18.647,5	12.576,0	14.321,6
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.771,0	3.398,7	7.661,7	3.241,7	5.551,7	1.079,8	948,5	1.745,6	512,8	3.218,1	340,5	2.393,2	342,3
V. DESPESAS	17.231,4	25.669,2	28.745,1	6.217,3	22.231,7	7.799,7	929,3	9.712,6	422,1	27.051,4	30.825,8	17.888,2	8.935,2
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	16.492,4	23.461,6	28.037,7	3.268,2	20.587,7	7.156,7	-145,2	8.424,4	41,0	25.335,8	28.295,3	17.103,0	9.219,4
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	738,9	2.207,5	707,4	2.949,1	1.644,1	643,0	1.074,5	1.288,1	381,2	1.715,6	2.530,5	785,2	(284,2)
V.2.1 - Dívida Interna	460,7	1.716,7	417,3	341,1	1.562,8	220,7	37,4	207,4	167,1	328,9	2.364,2	423,8	(621,2)
V.2.2 - Dívida Externa	278,3	490,9	290,1	2.608,0	81,3	422,3	1.037,1	1.080,8	214,0	1.386,6	166,3	361,4	337,1
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	-4.122,1	-6.167,5	-15.824,3	6.401,2	7.864,3	624,5	5.355,1	1.844,1	20.888,0	-1.802,6	-9.647,8	(4.527,0)	5.102,2
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOUREO/BACEN	1.315,5	-4.582,6	2.417,2	6.516,4	-13.540,2	1.840,3	3.539,0	695,4	6.154,1	2.809,4	1.833,3	1.283,3	6.501,9
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	-1.870,3	-13.666,2	-7.449,5	10.940,1	-5.828,0	4.598,3	10.616,3	1.971,3	26.543,1	-1.240,6	-14.818,6	469,6	12.796,0

(*) Dados retificados

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Set/2000	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2001
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	4.454,1	1.222,6	6.851,1	10.198,7	3.384,4	6.362,0	3.943,3	2.617,7	10.674,0	5.253,0	6.439,0	7.293,5	8.646,1
I.1. Emissão de Títulos	3.065,7	0,0	5.807,5	9.099,6	2.407,2	5.152,9	2.823,1	0,0	9.137,6	2.784,2	4.599,4	5.202,8	5.423,2
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.315,6	1.156,7	990,1	1.076,4	952,2	1.161,8	1.052,5	1.362,0	1.448,4	2.334,0	1.716,5	1.955,8	2.999,4
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	72,9	65,9	53,5	22,7	24,9	47,3	67,7	118,1	87,9	134,9	123,1	134,9	223,4
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.137,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	3.138,7	5.805,2	4.433,9	3.682,3	16.924,6	4.521,7	404,4	1.922,3	4.519,9	2.443,6	4.605,6	6.010,2	2.144,1
II.1. Encargos da DPMF	2.959,6	5.384,6	4.053,4	3.346,6	16.137,6	4.265,8	175,4	1.658,1	4.019,6	2.162,6	4.136,1	5.204,8	1.886,1
II.2. Encargos da DPMF	179,1	420,6	380,5	335,7	787,0	255,8	229,0	264,2	500,3	281,0	469,6	805,4	258,0
III. RESULTADO (I - II)	1.315,5	-4.582,6	2.417,2	6.516,4	-13.540,2	1.840,3	3.539,0	695,4	6.154,1	2.809,4	1.833,3	1.283,3	6.501,9



TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Set/2000	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2001
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	5,5	8,4	11,7	14,4	15,1	16,0	14,3	17,2	14,3	12,9	10,3	15,4	4,0
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	21,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	23,3	0,0
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	63,8	53,5	37,1	15,5	-6,2	33,8	125,8	22,3	95,2	52,5	40,1	17,9	-14,2
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,0	0,3	0,5	0,3	0,0
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	59,1	31,2	13,6	-6,2	-24,4	33,6	115,2	16,6	88,9	46,2	32,6	10,6	-29,3
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	4,4	22,1	23,3	21,5	18,0	0,0	10,5	5,4	6,3	6,0	7,0	7,0	15,0
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	19,7	15,6	18,5	19,4	36,2	51,3	19,7	21,5	21,7	25,1	33,1	69,4	25,0
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	125,2	34,7	55,9	268,5	55,5	113,5	111,2	57,8	124,7	5,3	2,4	408,2	50,4
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	0,0	0,0	0,0	11,3	0,0	0,0	0,0	0,0	22,4	6,6	0,0	0,0	0,0
VII. TOTAL	214,2	112,1	123,2	329,1	100,7	235,5	271,0	118,8	278,2	102,4	87,5	534,1	65,1

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO (*)

R\$ milhões

	Set/2000	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2001
I. DÍVIDA INTERNA	109.782,6	106.909,4	100.652,4	107.109,7	98.744,1	97.272,6	101.056,7	104.563,7	94.366,1	99.804,6	89.866,3	87.823,6	92.746,0
Dívida Mobiliária em Mercado- DPMF	399.816,7	402.309,9	397.808,4	398.862,8	399.958,7	399.951,7	408.568,7	412.342,9	406.385,9	425.119,6	442.029,1	442.655,9	453.605,8
Dívida Bancária	40.205,1	40.227,1	40.317,3	40.343,3	40.270,5	40.301,7	40.239,1	40.269,1	40.276,5	40.299,3	27.260,1	25.990,0	25.989,3
Dívida Securitizada (Exceto CVS)	21.134,8	18.901,9	18.755,8	18.739,6	17.574,2	17.137,5	17.031,8	16.551,2	16.697,6	15.378,5	13.113,4	13.305,9	13.017,4
CVS	6.680,3	6.752,7	6.733,3	6.733,7	6.807,9	6.810,6	6.841,9	9.420,8	9.400,6	10.938,2	4.927,3	6.054,4	6.041,3
Títulos da Dívida Agrária -TDA	2.702,8	2.638,3	2.610,2	2.550,9	2.531,1	2.515,5	2.505,8	2.488,5	2.468,8	2.492,8	2.478,6	2.448,6	2.422,4
Certificados de Privatização	38,9	38,9	39,0	39,0	39,1	39,1	39,2	39,2	39,3	39,3	39,4	39,6	39,0
INSS	-10.124,4	-10.194,2	-10.231,9	-10.244,6	-10.322,5	-10.373,1	-10.408,4	-10.491,3	-10.609,8	-10.546,7	-10.700,7	-10.874,1	-10.970,9
Lei 7.976/89	-9.964,5	-10.227,5	-10.324,1	-10.058,1	-10.024,3	-10.286,5	-10.676,3	-10.886,3	-11.434,7	-10.913,6	-11.207,2	-11.585,2	-12.082,0
Bônus Renegociação	-18.179,5	-18.231,6	-18.726,5	-18.667,6	-18.946,2	-19.733,8	-20.801,1	-20.033,5	-20.223,3	-20.263,9	-20.355,9	-21.260,6	-22.190,0
Lei 8.727/93	-44.283,3	-44.330,5	-44.441,0	-44.482,5	-44.424,9	-44.472,2	-44.415,0	-44.461,6	-44.493,1	-44.534,9	-44.433,6	-44.576,5	-44.638,8
Lei 9.496/97	-135.812,2	-135.339,5	-136.013,8	-136.730,7	-137.915,3	-138.469,8	-139.139,9	-140.470,6	-142.313,4	-143.271,5	-145.557,4	-148.094,7	-149.746,2
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-17.825,2	-17.915,9	-17.999,7	-18.099,6	-18.275,5	-18.374,5	-18.435,3	-18.579,5	-18.795,5	-18.880,8	-19.150,2	-19.514,1	-19.700,0
Recebíveis das Estatais	-22.222,8	-22.648,7	-22.885,6	-18.872,3	-18.778,9	-19.093,1	-19.866,1	-20.038,4	-20.648,2	-32.581,9	-31.339,9	-29.734,2	-30.145,9
Outros	-17.082,5	-16.876,1	-16.861,9	-16.595,6	-16.776,0	-16.943,4	-17.315,1	-17.357,8	-17.409,5	-17.462,1	-17.600,5	-17.569,8	-18.049,9
Fat	-51.472,5	-52.376,9	-53.248,2	-53.602,7	-55.475,2	-56.270,6	-57.038,6	-57.337,7	-57.844,2	-58.927,4	-61.573,6	-61.622,4	-62.252,1
Demais Entidades	-21.148,6	-21.576,8	-22.241,1	-22.508,8	-22.873,6	-23.148,2	-22.657,4	-22.595,8	-23.222,3	-23.330,3	-22.199,7	-22.958,3	-23.121,1
Créditos das Operações Oficiais	-10.242,4	-10.534,8	-9.869,7	-10.005,1	-10.134,1	-10.399,2	-10.876,5	-11.102,4	-11.814,8	-11.522,1	-11.750,7	-12.197,0	-12.682,0
Arrecadação a Recolher	-2.438,0	-3.707,0	-2.768,0	-292,0	-4.491,0	-1.919,0	-2.540,0	-3.193,0	-2.094,0	-2.227,8	-4.112,4	-2.684,1	-2.790,3
II. DÍVIDA EXTERNA	128.306,1	133.193,0	135.948,3	137.180,9	142.277,3	147.147,9	153.417,7	158.528,9	173.749,6	164.844,9	173.807,4	188.413,4	197.043,9
Dívida Mobiliária	97.784,9	101.421,9	103.813,1	105.519,3	109.393,3	113.217,2	118.261,8	121.236,8	133.682,3	124.119,7	130.704,7	142.495,9	149.006,6
Títulos Depositados em Garantias	-4.707,2	-4.368,6	-4.589,5	-4.674,9	-4.686,8	-4.953,6	-5.140,5	-3.416,7	-3.795,4	-3.716,3	-4.101,3	-4.305,2	-4.456,8
Dívida Contratual	36.092,9	37.028,8	37.711,1	37.274,7	38.482,2	39.811,3	41.284,3	41.695,1	44.865,0	45.428,7	48.268,8	51.287,7	53.656,1
Disponibilidades	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	238.088,7	240.102,4	236.600,8	244.290,6	241.021,4	244.420,6	254.474,3	263.092,5	268.115,7	264.649,5	263.673,7	276.236,9	289.789,9
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	22,5%	22,4%	21,9%	22,5%	22,0%	22,1%	22,8%	23,3%	23,6%	23,2%	22,9%	23,9%	24,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURE NACIONAL

R\$ milhões

	Set/2000	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2001
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	97.784,9	101.421,9	103.813,1	105.519,3	109.393,3	113.217,2	118.261,8	121.236,8	133.682,3	124.119,7	130.704,7	142.495,9	149.006,6
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	49.732,6	50.797,5	51.888,0	51.776,8	50.562,2	52.374,7	50.674,6	50.355,9	54.396,4	46.781,6	48.602,1	51.008,9	53.314,3
Brazil Investment Bond (BIB)	981,9	1.016,7	788,9	787,2	793,6	823,4	836,8	845,7	913,6	892,3	941,2	987,8	992,7
Interest Due and Unpaid (IDU)	1.523,4	1.577,4	1.619,2	1.615,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Par Bond (PB)	5.487,7	5.682,1	5.832,7	5.820,2	5.866,9	5.999,2	4.866,6	4.918,7	5.313,3	4.943,0	5.214,1	5.472,3	5.685,2
Discount Bond (DB)	6.317,3	6.541,1	6.714,4	6.700,0	6.753,8	7.007,7	4.899,6	4.952,0	5.349,4	5.147,3	5.429,6	5.698,5	5.965,6
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.176,3	1.218,0	1.250,3	1.247,6	1.257,6	1.304,9	1.379,2	1.393,9	1.505,7	1.427,8	1.506,1	1.580,7	1.654,8
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	13.002,3	13.110,2	13.457,7	13.428,9	13.536,7	14.045,6	14.280,3	14.432,9	15.591,0	15.227,0	16.062,1	16.857,5	17.647,6
Debt Conversion Bond (DCB)	11.758,3	12.174,8	12.496,3	12.469,5	12.568,0	13.040,5	13.680,7	13.826,9	14.936,4	9.309,7	9.285,4	9.745,2	10.201,4
New Money Bond (NMB)	3.308,1	3.425,2	3.516,0	3.508,5	3.536,7	3.669,6	3.878,5	3.689,3	3.985,4	3.876,0	4.088,5	4.291,0	4.492,1
Eligible Interest (EI)	6.177,1	6.052,0	6.212,4	6.199,1	6.248,9	6.483,8	6.852,8	6.296,4	6.801,6	5.958,4	6.075,1	6.376,0	6.674,8
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	48.052,3	50.624,3	51.925,1	53.742,5	58.831,1	60.842,5	67.587,2	70.880,9	79.285,8	77.338,1	82.102,6	91.487,0	95.692,3
Bônus Samurai	510,6	524,1	531,3	511,5	507,0	522,0	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Global	1.382,8	1.431,8	1.469,7	1.466,6	1.478,3	1.533,9	1.621,2	1.638,5	1.770,0	1.728,7	1.823,5	1.913,8	2.003,5
Bônus Marco Alemão 2007	916,5	948,9	873,9	939,7	940,7	965,1	976,3	990,6	1.021,0	1.001,8	1.088,2	1.189,1	1.242,8
Bônus Parallel Franco	248,2	246,9	260,6	280,2	280,5	287,8	291,1	295,4	304,4	298,7	324,5	354,6	370,6
Bônus Parallel Florim	295,5	294,0	310,3	333,6	334,0	342,6	346,6	351,7	362,5	355,6	386,3	422,1	441,2
Bônus Parallel Xelim	260,1	269,3	248,4	267,1	267,4	274,4	277,5	281,6	290,3	284,8	309,3	338,0	353,3
Bônus Global 2027	6.453,0	6.681,5	6.858,6	6.843,9	6.898,9	7.158,2	7.565,6	7.646,5	8.260,0	8.067,2	8.509,6	8.931,0	9.349,6
Bônus Eurolira	694,3	718,9	662,0	711,9	712,6	731,1	739,6	750,4	773,5	758,9	824,2	900,8	941,4
Bônus Eurosterling 2007	408,7	415,4	419,6	438,7	433,1	443,6	463,5	469,8	502,7	490,0	520,7	557,6	591,3
Bônus Euro 2003	815,8	811,6	856,5	920,9	921,9	945,8	956,8	970,8	1.000,7	981,8	1.066,4	1.170,4	1.217,9
Bônus Global 2008	687,4	711,7	655,5	704,8	705,5	723,8	743,0	748,7	765,8	751,3	816,1	891,8	932,1
Bônus Marco Alemão 2008	2.304,6	2.386,3	2.449,5	2.444,3	2.463,9	2.556,5	2.702,0	2.730,9	2.950,0	2.881,1	3.039,1	3.189,6	3.339,1
Bônus Global 2004	5.531,1	5.727,0	5.878,8	5.866,2	5.913,3	6.135,6	6.484,8	6.554,1	7.080,0	6.914,7	7.293,9	7.655,1	8.013,9
Bônus Euro 2002	1.305,3	1.298,6	1.370,4	1.473,4	1.475,0	1.513,2	1.530,8	1.553,3	1.601,1	1.570,9	1.706,3	1.864,5	1.948,7
Bônus Euro 2004	815,8	811,6	856,5	920,9	921,9	945,8	956,8	970,8	1.000,7	981,8	1.066,4	1.170,4	1.217,9
Bônus Global 2009	3.687,4	3.818,0	3.919,2	3.910,8	3.942,2	4.090,4	4.323,2	4.369,4	4.720,0	4.609,8	4.862,6	5.103,4	5.342,6
Bônus Euro 2006	1.142,1	1.136,3	1.199,1	1.289,2	1.290,6	1.324,1	1.339,5	1.359,1	1.400,9	1.374,5	1.493,0	1.631,4	1.705,1
Bônus Euro 2001	978,9	974,0	1.027,8	1.105,0	1.106,2	1.134,9	1.148,1	1.165,0	1.200,8	1.178,2	1.279,7	1.398,4	1.461,5
Bônus Global 2020	1.843,7	1.909,0	1.959,6	1.955,4	1.971,1	2.045,2	2.161,6	2.184,7	2.360,0	2.304,9	2.431,3	2.551,7	2.671,3
Bônus Euro 2010	1.223,7	1.217,5	1.284,7	1.381,3	1.382,8	1.418,6	1.435,2	1.456,2	1.501,0	1.472,7	1.599,6	1.748,0	1.826,9
Bônus Global 2030	2.949,9	3.054,4	3.135,4	3.128,6	3.153,8	3.272,3	3.458,6	3.495,5	3.776,0	3.687,8	3.890,1	4.082,7	4.274,1
Bônus Samurai 2003	1.021,1	1.048,3	1.062,6	1.023,0	1.014,0	1.044,0	1.046,5	1.059,3	1.186,6	1.106,9	1.164,6	1.264,6	1.339,2
Bônus Euro 2005	1.223,7	1.217,5	1.284,7	1.381,3	1.382,8	1.418,6	1.435,2	1.456,2	1.501,0	1.472,7	1.599,6	1.748,0	1.826,9
Bônus Global 2007	1.843,7	1.909,0	1.959,6	1.955,4	1.971,1	2.045,2	2.161,6	2.184,7	2.360,0	2.304,9	2.431,3	2.551,7	2.671,3
Bônus Global 2040	9.508,5	9.845,3	10.106,3	10.084,6	10.165,6	10.547,7	11.148,0	11.267,2	12.171,3	11.887,1	12.539,0	13.159,9	13.776,7
Bônus Euro 2007	-	1.217,5	1.284,7	1.381,3	1.382,8	1.418,6	1.435,2	1.456,2	1.501,0	1.472,7	1.599,6	1.748,0	1.826,9
Bônus Samurai 2006	-	-	-	1.023,0	1.014,0	1.044,0	1.046,5	1.059,3	1.186,6	1.106,9	1.164,6	1.264,6	1.339,2
Bônus Global 2006	-	-	-	-	2.956,7	3.067,8	3.242,4	3.277,1	3.540,0	3.457,4	3.647,0	3.827,6	4.007,0
Bônus Euro 2011	-	-	-	-	1.843,7	1.891,5	1.913,5	1.941,6	2.001,3	1.963,6	2.132,8	2.330,6	2.435,8
Bônus Global 2024	-	-	-	-	-	-	4.647,4	4.697,1	5.074,0	4.955,5	5.227,3	5.486,2	5.743,3
Bônus Samurai 2007	-	-	-	-	-	-	-	1.412,4	1.582,0	1.475,9	1.552,8	1.715,3	1.785,6
Bônus Global 2005	-	-	-	-	-	-	-	-	2.360,0	2.304,9	2.431,3	2.551,7	2.671,3
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.707,2	-4.368,6	-4.589,5	-4.674,9	-4.686,8	-4.953,6	-5.140,5	-3.416,7	-3.795,4	-3.716,3	-4.101,3	-4.305,2	-4.456,8
III. DÍVIDA CONTRATUAL	36.092,9	37.028,8	37.711,1	37.274,7	38.482,2	39.811,3	41.284,3	41.695,1	44.865,0	45.428,7	48.268,8	51.287,7	53.656,1
IV. DISPONÍB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0
V. TOTAL (I+II+III+IV)	128.306,1	133.193,0	135.948,3	137.180,9	142.277,3	147.147,9	153.417,7	158.528,9	173.749,6	164.844,9	173.807,4	188.413,4	197.043,9
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	12,1%	12,4%	12,6%	12,6%	13,0%	13,3%	13,7%	14,1%	15,3%	14,4%	15,1%	16,3%	16,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Set/2000	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2001
DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	523.275,0	525.036,8	521.192,5	528.502,9	537.388,0	539.415,9	552.088,0	555.623,2	557.671,0	587.200,6	607.748,8	611.650,5	629.399,6
I. Dívida com Mercado	399.816,7	402.309,9	397.808,4	398.862,8	399.958,7	399.951,7	408.568,7	412.342,9	406.385,9	425.119,6	442.029,1	442.655,9	453.605,8
LTN	77.352,9	79.522,0	74.508,5	75.438,0	74.086,8	71.940,0	75.490,9	68.038,1	63.185,5	62.933,6	60.659,9	58.072,5	57.183,2
LFT	202.021,7	201.706,1	202.450,3	204.850,2	206.989,3	209.985,4	213.532,9	223.188,7	219.456,4	237.317,6	252.996,8	254.034,3	255.029,6
LFT-A	19.101,7	19.237,3	19.360,0	19.478,4	19.610,3	19.693,3	19.809,6	19.939,7	20.086,0	20.219,2	20.398,0	20.598,6	20.742,9
LFT-B	36.229,3	36.401,4	36.470,4	36.530,1	32.697,9	30.806,0	30.723,2	30.388,1	29.828,1	29.864,2	30.002,0	30.145,1	29.952,1
LFT-E	1.039,9	1.053,3	1.030,5	914,1	925,7	935,1	946,9	958,1	681,2	434,1	440,6	447,6	453,6
NTN-A	7.975,3	8.397,9	8.884,1	8.874,0	8.937,1	9.287,4	9.776,4	9.987,0	10.808,0	10.577,5	11.157,8	11.909,2	12.475,5
NTN-C	5.913,5	6.454,0	6.805,3	7.022,5	12.141,4	14.983,4	15.950,5	17.478,4	19.408,2	20.409,6	21.252,2	22.454,4	23.400,6
NTN-D	20.486,9	19.733,8	18.058,1	15.000,5	13.389,9	11.167,5	10.879,1	11.173,0	11.097,5	11.672,9	12.638,7	11.923,6	20.941,2
NTN-H	2.082,0	2.083,7	2.383,3	2.386,4	2.388,3	2.390,5	2.407,9	2.086,1	2.089,6	2.093,1	2.097,4	1.830,4	1.580,1
NTN-I	1.292,9	1.449,5	1.528,3	1.782,7	1.773,8	1.798,5	1.860,4	1.860,9	2.026,2	1.942,7	2.014,5	2.433,4	2.693,5
NTN-P	10.927,2	10.999,0	11.042,5	11.109,3	11.178,8	11.234,8	11.308,7	11.379,8	11.442,9	11.561,3	11.645,4	11.744,5	11.844,2
CFT-A	11.418,5	11.353,9	11.306,7	11.418,6	11.699,3	11.528,2	11.504,2	11.524,3	11.589,3	11.602,4	11.736,2	11.942,3	11.955,0
CFT-D	1.960,6	1.967,4	1.963,5	1.948,0	1.985,3	2.036,9	2.145,7	2.147,3	2.407,3	2.197,2	2.689,2	2.705,1	2.887,3
Demais	2.014,3	1.950,5	2.016,9	2.110,0	2.154,7	2.164,6	2.232,3	2.193,3	2.279,7	2.294,2	2.300,3	2.415,0	2.467,1
II. Dívida com BACEN	123.458,3	122.726,9	123.384,0	129.640,1	137.429,3	139.464,3	143.519,3	143.280,3	151.285,1	162.081,1	165.719,8	168.994,6	175.793,8
LTN	39.043,9	37.594,7	34.414,4	37.245,7	28.589,8	29.623,2	31.764,0	31.165,2	32.689,6	34.422,5	31.256,3	30.707,7	30.125,5
LFT	24.332,9	24.620,2	28.081,3	31.186,1	34.546,3	34.416,7	35.478,9	35.407,7	39.941,1	39.945,0	44.670,6	46.039,7	46.123,6
LFT-A	57.814,5	58.176,5	58.497,6	58.804,7	59.151,7	59.592,4	59.688,5	59.983,3	60.367,6	60.711,1	61.190,6	61.732,5	62.104,5
NTN-A	1.663,0	1.730,4	1.784,9	1.797,1	1.794,9	1.890,0	1.824,4	1.826,0	1.837,8	1.849,3	1.861,1	2.222,9	2.096,4
NTN-D	-	-	-	-	12.739,3	13.335,3	14.156,3	14.290,7	15.840,5	24.544,2	26.130,3	27.678,7	34.730,1
Demais	603,9	605,2	605,9	606,5	607,3	606,6	607,3	607,5	608,5	609,0	610,8	613,1	613,7
Dívida Mercado/PIB	37,8%	37,6%	36,8%	36,7%	36,5%	36,2%	36,6%	36,6%	35,7%	37,2%	38,4%	38,2%	39,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Set/2000	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2001
I. INTERNA	-72.621,2	-73.953,7	-75.489,3	-76.111,5	-78.348,8	-79.418,8	-79.696,0	-79.933,5	-81.066,5	-82.257,8	-83.773,3	-84.580,7	-85.373,2
Dívida contratual	628,4	638,7	638,4	714,0	832,0	861,9	878,1	881,0	913,5	886,0	907,8	630,4	652,6
FAT	-51.472,5	-52.376,9	-53.248,2	-53.602,7	-55.475,2	-56.270,6	-57.038,6	-57.337,7	-57.844,2	-58.927,4	-61.573,6	-61.622,4	-62.252,1
Aplicações financeiras	-2.750,6	-2.858,9	-2.383,0	-2.388,7	-2.486,8	-2.601,4	-2.694,8	-2.450,5	-2.565,8	-2.302,1	-2.143,8	-2.213,9	-2.206,2
Fundos Regionais	-12.828,6	-13.040,8	-13.222,0	-13.429,8	-13.711,4	-13.900,9	-14.093,3	-14.305,3	-14.579,6	-14.653,0	-14.922,4	-15.219,0	-15.440,0
Demais	-6.197,8	-6.315,8	-7.274,4	-7.404,2	-7.507,4	-7.507,8	-6.747,4	-6.721,1	-6.990,4	-7.261,2	-6.041,2	-6.155,7	-6.127,5
II. EXTERNA	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0
Disponibilidades	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-73.485,7	-74.842,7	-76.475,6	-77.049,8	-79.260,2	-80.345,7	-80.684,0	-80.919,8	-82.068,8	-83.244,9	-84.838,1	-85.645,7	-86.535,2
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-7,0%	-7,0%	-7,1%	-7,1%	-7,2%	-7,3%	-7,2%	-7,2%	-7,2%	-7,3%	-7,4%	-7,4%	-7,4%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação, em setembro, foram 8,2% maiores que os valores distribuídos no mês de agosto/2001.

Contribuiu para isso, a menor restituição do IR (4º lote) ocorrida no período, em comparação à ocorrida no mesmo período do mês anterior, aumentando assim a base líquida de distribuição dos Fundos de Participação.

Em relação ao mesmo mês de 2000, o FPM e o FPE apresentaram um acréscimo nominal de 27,7%. Comparando-se janeiro a setembro 2001 com o mesmo período de 2000, verificou-se variação nominal positiva de 18,0% para o FPM e 18,6% para FPE. A expectativa é de que no ano de 2001, o FPM e o FPE tenham, em relação ao ano de 2000, um crescimento de 13,0%, em termos nominais.

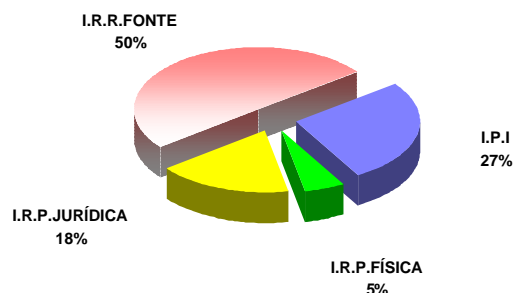
As transferências por conta do IPI apresentaram, em setembro, decréscimo de 3,6% em comparação aos valores transferidos no mês de agosto/2001. A principal causa dessa variação negativa decorreu do decréscimo na arrecadação do IPI vinculado à Importação e do IPI -Veículos.

A estimativa anual de variação do IPI em relação a 2000 é, em termos nominais, de um crescimento de 14,0%.

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **setembro**, os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

BASE DE CÁLCULO DO FPM/FPE/FNO/FNE/FCO



DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

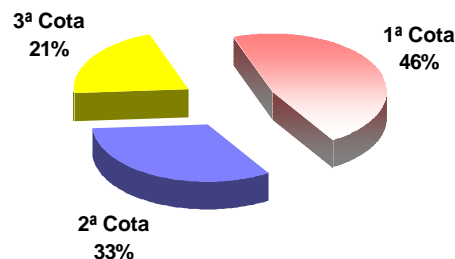
DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	SET	AGO	JAN A SET	SET/01 AGO/01	SET/01 SET/00	JAN A SET/01 JAN A SET/00
2000	1.151,4	1.141,9	11.025,2	-	-	-
2001	1.470,6	1.359,7	13.013,0	+8,2%	+27,7%	+ 18,0%

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	SET	AGO	JAN A SET	SET/01 AGO/01	SET/01 SET/00	JAN A SET/01 JAN A SET/00
2000	1.100,2	1.091,1	10.481,4	-	-	-
2001	1.405,3	1.299,2	12.434,7	+8,2%	+27,7%	+ 18,6%

(*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO

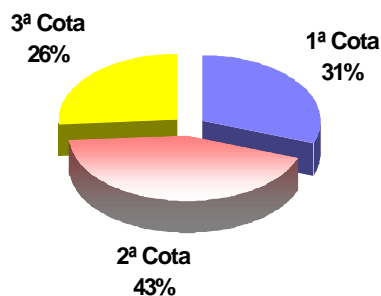


PREVISTO X REALIZADO

De acordo com a Portaria STN 611/00, de 18.12.00 (DOU de 21.12.00) os créditos no mês de **setembro** foram efetuados nas seguintes datas: **10/09, 20/09 e 28/09**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
SET	+ 6,5 %	+ 8,2 %	+ 6,5 %	+ 8,2%	- 3,0 %	-3,6%

IPI-EXP



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de agosto a 20 de setembro, conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
	IPI	IR	IPI+IR			Valores Distribuídos			
						FPE (1)	FPM (1) (2)	IPI-EXP (1)	FUNDEF(3)
3º Dec./Ago.	467,4	2.626,0	3.093,4						
SET/2001				SET/2001	6.536,2	1.194,5	1.250,1	129,8	454,3
1º Dec./Set.	660,9	1.450,8	2.111,7	3º Dec./Ago.	3.093,3	565,3	591,6	39,7	211,2
2º Dec./Set.	398,7	932,6	1.331,2	1º Dec./Set.	2.111,7	385,9	403,9	56,2	149,3
3º Dec./Set.	447,9	2.265,3	2.713,3	2º Dec./Set.	1.331,2	243,3	254,6	33,9	93,8

Obs.: 1) Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). 2) Amparados por decisão judicial alguns municípios brasileiros não participam do FUNDEF. Dos valores do FPE, FPM e IPI-EXP já foram excluídos 15% para o FUNDEF. 3) O montante calculado para o FUNDEF correspondente a 15% das receitas do FPE, FPM e IPI-EXP considera como se todos participassem do referido Fundo.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	6.836,70	40.863,83	3,70	8.459,15
AL	29.598,91	49.692,38	50,93	14.377,72
AM	16.945,43	33.331,32	3.021,44	9.856,77
AP	4.700,37	40.756,33	31,01	8.209,22
BA	113.139,67	112.237,57	6.919,34	54.422,49
CE	63.795,12	87.639,24	1.433,44	27.705,86
DF	2.978,65	8.244,44	7,44	2.344,37
ES	22.262,94	17.917,49	6.714,69	10.184,23
GO	46.465,65	33.960,82	815,48	14.934,34
MA	50.470,71	86.221,37	1.971,66	36.047,81
MG	162.821,36	53.208,98	19.823,70	47.398,25
MS	18.986,87	15.910,73	499,14	6.799,21
MT	24.159,42	27.567,86	893,10	10.154,84
PA	45.350,97	73.007,81	6.717,95	26.347,27
PB	40.294,38	57.203,39	287,04	17.384,84
PE	64.616,27	82.422,86	829,56	25.125,62
PI	30.932,62	51.619,11	143,22	15.323,99
PR	84.824,87	34.439,81	12.022,30	27.682,08
RJ	37.872,25	18.248,37	6.641,86	13.701,41
RN	30.907,48	49.905,00	353,28	14.485,49
RO	11.258,43	33.632,33	165,43	8.062,74
RR	5.914,34	29.631,95	5,70	6.291,00
RS	84.697,67	28.128,08	21.745,95	28.223,57
SC	49.173,67	15.287,21	12.616,57	15.209,66
SE	18.006,58	49.635,04	92,90	12.065,28
SP	165.871,53	11.945,00	25.957,13	49.302,22
TO	18.987,27	51.841,28	21,68	12.538,22
TOTAL	1.251.870,15	1.194.499,59	129.785,64	522.637,64

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP./LC87/96 e Complementação da União. (3) Amparados por decisão judicial alguns municípios brasileiros não participam do FUNDEF.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões estão sujeitas a possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	OUT/SET	NOV/OUT	DEZ/NOV
FPM/FPE/FNO/ FNE/FCO	- 5,0%	+ 4,0%	+ 15,0%
IPI-EXP	- 1,0%	+ 16,0%	+ 10,0%

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

ESTIMATIVA ANUAL

A estimativa de variação nominal das Transferências Constitucionais abaixo relacionadas, em relação a 2000, é a seguinte:

Fundo	2001/2000
FPM	+ 13,0 %
FPE	+ 13,0 %
IPI-EXP	+ 14,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações. Não inclui dedução para o FUNDEF (15%).

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Dez/2000	29/01/01	Mai/2001	28/06/01
Jan/2001	23/02/01	Jun/2001	08/08/01
Fev/2001	23/03/01	Jul/2001	29/08/01
Mar/2001	26/04/01	Ago/2001	03/09/01
Abr/2001	31/05/01	Repub.Ago/01	11/09/01

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**

Tel: (061) 412-3116 / 412-3117

Fax: (061) 412.1559

SETEMBRO/2001

COMPORTAMENTO NO MÊS

Os repasses para o FUNDEF no mês de setembro apresentaram um acréscimo de 3,2% quando comparados aos do mês anterior. Contribuiu para isso, o desempenho, em termos globais, dos recursos originários dos Fundos de Participação (FPM/FPE) e do ICMS Estadual.

ORIGENS DO FUNDEF R\$ Mil

Receita	Agosto	Partic.	Setembro	Partic.	Set/ Ago
FPM	202.262,9	12,7%	218.786,0	13,3%	8,2%
FPE	194.887,2	12,3%	210.794,0	12,9%	8,2%
IPI-EXP	23.754,8	1,5%	22.903,3	1,4%	-3,6%
LC 87/96 LC 102/00	44.645,9	2,8%	44.645,9	2,7%	0,0%
Compl. União	50.946,9	3,2%	25.508,4	1,6%	-
ICMS	1.071.901,9	67,5%	1.116.568,4	68,1%	4,2%
Total	1.588.399,6	100%	1.639.206,1	100%	3,2%

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibilizou vários canais de comunicação. As questões relativas ao Fundo podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 321-9532; 321-7621, 410-8634, 410-8648 e 410-8663
- por meio do Fax (61) 225-8582
- por meio de E-mail: fundef@sef.mec.gov.br
- por correspondência endereçada ao:
Departamento de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/
MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 500
70.047-900 – Brasília - DF

PORTARIA MF Nº 288 DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA O ANO 2001

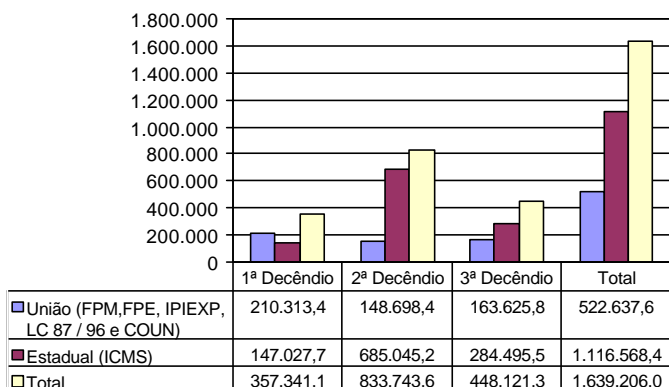
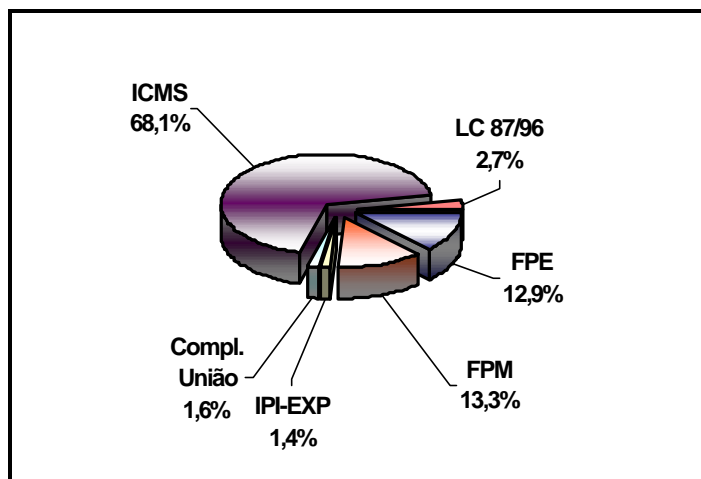
Portaria MF nº 288, de 27 de setembro de 2001, publicada no D.O.U. de 01.10.2001, que estabelece a reestimativa dos repasses da Complementação da União para o ano de 2001.

ESTADO	ALAGOAS	BAHIA	CEARÁ	MARANHAO	PARÁ	PIAUI	TOTAL
MÊS							
JANEIRO	523.210	13.176.481	2.021.513	10.064.017	6.164.203	2.357.972	34.307.396
FEVEREIRO	523.210	13.176.481	2.021.513	10.064.017	6.164.203	2.357.972	34.307.396
MARÇO	523.210	13.176.481	2.021.513	10.064.017	6.164.203	2.357.972	34.307.396
ABRIL	523.210	13.176.481	2.021.513	10.064.017	6.164.203	2.357.972	34.307.396
MAIO	523.210	13.176.481	2.021.513	10.064.017	6.164.203	2.357.972	34.307.396
JUNHO	0	23.591.801	1.731.047	14.532.671	8.810.129	2.281.278	50.946.926
JULHO	0	23.591.799	1.731.048	14.532.674	8.810.126	2.281.277	50.946.924
AGOSTO	0	23.591.799	1.731.048	14.532.674	8.810.126	2.281.277	50.946.924
SETEMBRO	0	11.765.099	0	10.826.174	2.321.351	595.727	25.508.351
OUTUBRO	0	11.765.099	0	10.826.174	2.321.351	595.727	25.508.351
NOVEMBRO	0	11.765.099	0	10.826.174	2.321.351	595.727	25.508.351
DEZEMBRO	0	11.765.099	0	10.826.174	2.321.351	595.727	25.508.351
TOTAL	2.616.050	183.718.200	15.300.708	137.222.800	66.536.800	21.016.600	426.411.158

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

FUNDEF BRASIL POR DECÊNIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - SETEMBRO/2001 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	137.730	7.211,3	1.206,5	0,7	0,0	40,8	1.470,3	9.929,5	72,1	634,7
AL	667.007	8.769,2	5.223,3	9,0	0,0	376,2	6.377,9	20.755,6	31,1	292,1
AM	630.642	5.882,0	2.990,4	533,2	0,0	451,2	21.787,9	31.644,6	50,2	432,3
AP	116.231	7.192,3	829,5	5,5	0,0	182,0	2.803,0	11.012,2	94,7	740,2
BA	3.527.787	19.806,6	19.965,8	1.221,1	11.765,1	1.663,9	51.411,9	105.834,4	30,0	281,9
CE	1.698.971	15.465,7	11.258,0	253,0	0,0	729,2	17.834,1	45.539,9	26,8	288,1
DF(2)	321.563	1.454,9	525,6	1,3	0,0	362,5	0,0	2.344,4	7,3	64,1
ES	542.389	3.161,9	3.928,8	1.184,9	0,0	1.908,6	19.866,2	30.050,4	55,4	531,2
GO	1.044.232	5.993,1	8.199,8	143,9	0,0	597,5	33.247,3	48.181,6	46,1	397,0
MA	1.544.447	15.215,5	8.906,6	347,9	10.826,2	751,6	8.169,9	44.217,8	28,6	267,9
MG	3.433.497	9.389,8	28.733,1	3.498,3	0,0	5.777,0	117.512,8	164.911,1	48,0	413,1
MS	420.557	2.807,8	3.350,6	88,1	0,0	552,7	15.408,9	22.208,1	52,8	466,3
MT	576.334	4.864,9	4.263,4	157,6	0,0	868,9	17.516,8	27.671,7	48,0	417,3
PA	1.546.627	12.883,7	8.003,1	1.185,5	2.321,4	1.953,6	14.324,6	40.671,8	26,3	283,6
PB	814.623	10.094,7	7.110,8	50,7	0,0	128,7	9.633,9	27.018,7	33,2	315,2
PE	1.579.456	14.545,2	9.829,5	146,4	0,0	604,5	26.160,3	51.285,9	32,5	297,4
PI	723.848	9.109,3	5.458,7	25,3	595,7	135,0	6.088,4	21.412,4	29,6	278,1
PR	1.573.083	6.077,6	14.969,1	2.121,6	0,0	4.513,8	62.424,2	90.106,2	57,3	484,5
RJ	2.008.289	3.220,3	6.683,3	1.172,1	0,0	2.625,7	113.813,1	127.514,5	63,5	583,9
RN	594.181	8.806,8	5.454,3	62,3	0,0	162,1	10.250,5	24.736,0	41,6	368,6
RO	301.839	5.935,1	1.986,8	29,2	0,0	111,6	6.287,1	14.349,9	47,5	421,1
RR	78.462	5.229,2	1.043,7	1,0	0,0	17,1	1.170,7	7.461,7	95,1	865,4
RS	1.596.324	4.963,8	14.926,1	3.837,5	0,0	4.496,2	81.793,0	110.016,6	68,9	614,4
SC	908.259	2.697,7	8.677,7	2.226,5	0,0	1.607,8	36.721,4	51.931,1	57,2	549,0
SE	395.309	8.759,1	3.177,6	16,4	0,0	112,1	6.937,2	19.002,5	48,1	433,2
SP	5.486.865	2.107,9	28.733,3	4.580,7	0,0	13.880,3	422.909,0	472.211,2	86,1	760,3
TO	323.383	9.148,5	3.350,7	3,8	0,0	35,2	4.647,9	17.186,1	53,1	456,2
Total	32.591.935	210.794,0	218.786,0	22.903,3	25.508,4	44.645,9	1.116.568,4	1.639.206,1	50,3	454,2

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 2.188, de 28.12.2000 (DOU de 29.12.2000). (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios) (4) A parcela da complementação da União destinada ao estado da Paraíba, conforme Portaria MF nº 27/01 de 30.01.01 não foi creditada por falta de dotação orçamentária específica para a finalidade.

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.